



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANA PAULA DOS SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DOS PAIS SOBRE AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL PIRUNGA,
LOCALIZADA NO POVOADO PIRUNGA- CAPELA/SE**

SÃO CRISTOVÃO/SE

2016

ANA PAULA DOS SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DOS PAIS SOBRE AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL PIRUNGA,
LOCALIZADA NO POVOADO PIRUNGA- CAPELA/SE**

Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Educação do
Centro de Educação e Ciências Humanas como
requisito parcial obrigatório para a obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Sonia Meire Santos
Azevedo de Jesus

SÃO CRISTOVÃO/SE

2016

ANA PAULA DOS SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DOS PAIS SOBRE AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL PIRUNGA,
LOCALIZADA NO POVOADO PIRUNGA- CAPELA/SE**

COMISSÃO EXAMINADORA

APROVADO EM _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a Sonia Meire Santos Azevedo De Jesus (UFS)

Orientadora

Prof.^a. Dr.^a Solange Lacks

Examinadora

Prof.^a. Dr.^a Lianna de Melo Torres

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Esse é com certeza um dos momentos mais felizes durante esses últimos anos. Urruh! Consegui escrever minha monografia e concluir mais uma etapa da vida. Obrigada meu Deus!

Agradeço a dona Rosa Maria e seu Gilton Vicente, meus belos e amados pais, e dedico a vocês essa vitória. Obrigada meus amores por serem do jeitinho que vocês são, perfeitos! Obrigada também Marcio Martins, pela paciência e compreensão durante todo esse tempo e um muitíssimo obrigada pelo apoio que sempre me deu nos momentos bons e ruins.

Meninas, não sei o que seriam de dos meus dias na UFS sem vocês, obrigada Weslany Aristides e Daniela Eleotério, por me proporcionarem momentos únicos e felizes durante nossa trajetória acadêmica. Amo vocês!

A professora Sônia Meire meu muitíssimo obrigada por ser essa orientadora maravilhosa e paciente, e por contribuir para que esse momento acontecesse. Agradeço também a todos os professores que fizeram parte da minha formação.

Meu muito obrigada, a todos que contribuíram direta e indiretamente para realização desse trabalho.

RESUMO

Este estudo trata das práticas educativas desenvolvidas na Escola Municipal Rural Pirunga e discute a representação que os pais possuem sobre estas práticas. O interesse por essa temática ocorreu a partir do desenvolvimento do estágio supervisionado III, disciplina obrigatória do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), quando ao ter contato com uma turma na escola observei que os pais encontravam-se alheios às práticas desenvolvidas na escola. Por entender que os pais têm uma função importante no desenvolvimento das crianças e que os professores encontram dificuldades para desenvolver o processo de ensino, foi que me interessei por estudar sobre a representação que estes possuem do processo educacional, para saber quais as razões do seu desinteresse pelas práticas desenvolvidas na escola. O nosso objetivo é o de analisar a função social da escola para a família, a partir da representação dos pais de alunos da Escola Rural Pirunga. Para tanto, recorreremos aos estudos de abordagem quali-quantitativa utilizando dos seguintes instrumentos: dados dos censos educacionais e entrevistas. O tipo da pesquisa é o estudo de caso e em relação ao universo da pesquisa este será a Escola Municipal Rural Pirunga, 11 pais e 20 alunos da instituição em questão. Ao fim da pesquisa concluiu-se que há a necessidade da comunidade do povoado Pirunga repensar a concepção de uma educação voltada para suas especificidades e formadora de sujeitos críticos que possam colaborar para recuperar a função social da escola.

Palavras-chave: Práticas educativas. Escola Rural. Representação dos pais. Educação do campo.

ABSTRACT

This study deals with the educational practices developed in the Pirunga Rural Municipal School and discusses the representation that parents have on these practices. The interest in this theme came from the development of supervised traineeship III, compulsory subject of the degree course in pedagogy at the Federal University of Sergipe (UFS), when to have contact with a class at school I noticed that parents were strangers to practices developed at school. To understand that parents have an important role in the development of children and that teachers find difficulties to develop the teaching process, it was what I became interested in studying about the representation that they have of the educational process, to know which reasons for their disinterest for the practices developed in school. Our objective is to analyze the social function of schools to the family, from the parents' representation of students of the Pirunga Rural School. Therefore, we turn to the studies of qualitative and quantitative approach using the following tools: Educational censuses data and interviews. The search kind is case study and in relation to research universe this will be the Pirunga Rural Municipal School, 11 parents and 20 students of the institution concerned. At the end of the research concluded that there is a need of Pirunga village community to rethink the conception of an education aimed for their specificities and trainer critical subjects who can collaborate to recover the social function of schools.

Keywords: Educational practices. Rural school. Parents' representation. Education of the countryside.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais e Sem Terra

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PIB – Produto Interno Bruto

UFS – Universidade Federal de Sergipe

USC – Usina Santa Clara

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Matrículas por nível no município de Capela/SE.....	31
GRÁFICO 2 – Matrículas x evasão no município de Capela/SE.....	31
GRÁFICO 3 – Taxa de abandono do ensino fundamental no município de Capela/SE.....	32
GRÁFICO 4 – Índice de aprovação e reprovação nas escolas de Capela/SE.....	33
GRÁFICO 5 – Distorção idade-série no ano de 2013 em Capela/SE.....	34
GRÁFICO 6 – Índice de aprovação no município de Capela/SE.....	35

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDBE) no município de Capela/SE.....	33
TABELA 2- Recursos recebidos pela escola através do PDDE.....	41
TABELA 3- Opinião dos pais a respeito da escola.....	45
TABELA 4- Você sabe o que seu filho faz na escola?	46

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1- Frente da Escola Municipal Rural	
Pirunga.....	39
IMAGEM 2- Área de recreação da Escola Rural	
Pirunga.....	40
IMAGEM 3- Entrada da Escola Rural	
Pirunga.....	41
IMAGEM 4- Área interna da Escola Rural	
Pirunga.....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO.....	17
1.1 A relação trabalho e educação no povoado Pirunga.....	25
CAPÍTULO II-CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO (CAPELA- SE).....	28
2.1 Economia	28
2.2 Educação.....	30
2.3 Características do Povoado Pirunga	35
CAPÍTULO III- AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA ESCOLA “RURAL PIRUNGA”	37
3.1 A escola Rural Pirunga.....	39
3.2 As práticas educativas de Escola Rural Pirunga.....	44
3.2.1 O que ensina na Escola Rural Pirunga.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
APÊNDICES.....	57

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira só desperta para a educação rural em 1910, quando grande número da população rural deixa o campo. Nesse momento surge o Ruralismo Pedagógico, movimento romantizado que tinha por objetivo a fixação do homem no campo, já que no início a educação rural foi pensada como forma de fixar o homem no campo e evitar a migração desordenada para os centros urbanos promovendo uma escola que se mantivesse vinculada a agricultura e buscasse atender as necessidades do homem do campo. Junto ao ruralismo pedagógico explodia também as ideias do colonialismo, este defendia as virtudes do campo e a vida campesina, porém seu objetivo maior era mascarar suas preocupações com o esvaziamento do campo e o enfraquecimento do patriarcalismo em oposição movimento progressista urbano, isso principalmente por parte dos agroexportadores. Contudo, apesar dos movimentos em favor da vida no campo, a educação rural por muito tempo foi vista de forma marginalizada, seguindo os padrões determinados por uma elite dominante, sem levar em conta a real necessidade do povo que vivia e vive na zona rural.

Durante o Estado Novo a sociedade brasileira estava centrada na visão liberal, “cuja prioridade maior estava na instalação de um processo industrial de base (bens de produção) possibilitando as condições de equilíbrio social e a manutenção do ideário do Estado Novo.”(LEITE,1999, p.30). É então nesse período que a escolarização urbana passa a fazer parte desse processo e passa a dar suporte a industrialização, enquanto isso o processo escolar rural não sofre mudanças.

... comprometido com a manutenção do “status quo”, contribui para uma percepção viesada de contradição cidade-campo como algo “natural”, concorrendo conseqüentemente, para sua perpetuação. Ao que se parece, a grande “missão” do professor rural seria a de demonstrar as “excelências” da vida no campo, convencendo o homem a permanecer marginalizado dos benefícios da civilização urbana (LEITE apud MAIA 1982: 28)

De certa forma o governo de Vargas manteve a tradição escolar brasileira garantindo a obrigatoriedade e gratuidade da escola, porém com ênfase ao trabalho manual e ao ensino vocacional urbano, destinado especialmente as classes populares. O Estado Novo só volta sua atenção para a educação rural mais tarde quando em 1942 reforça durante o VII Congresso Brasileiro de Educação a escolarização rural que enfatiza as tendências nacionalista-burguesas do Estado Novo, entretanto o Congresso não define claramente os óbices de produção agrícola nem da própria educação rural.

O êxodo rural no Brasil teve início na década de 50 como a migração forçada da população rural para os grandes centros, na década de 60 a demanda pela escolaridade aumenta significativamente, provocando uma crise no sistema educacional brasileiro, uma vez que a sociedade reclamava da escassez das escolas e do número de vagas existentes, bem como da baixa qualidade de ensino em sala de aula. A educação entra em um processo de universalização buscando atender as demandas da nova economia. Nesse momento as escolas passam a ser públicas tendo por objetivo a formação para técnicos para as indústrias e destinada aos menos abastados e a classe trabalhadora. “O ensino nos perímetros urbanos foi intensificado e milhares de construções na zona rural, antes educacionais, tornam-se inutilizadas, obsoletas, levando a educação na zona rural a ficar à mercê da própria “sorte”” (FERREIRA, BRANDÃO, 2011). Porém, apesar de agora ser destinada a todos a escola não era uma instituição democrática, uma vez que o currículo das escolas se distanciava da vida camponesa.

Os alunos oriundos das camadas economicamente menos abastadas, ao chegarem aos centros urbanos não se identificavam com a escola, a educação, seus conteúdos e finalidades, pois a diferença entre vivência, prática e o conteúdo estudado nas escolas urbanas eram distantes de sua origem camponesa. (FERREIRA, BRANDÃO, 2011)

Em 1988 com a elaboração da Constituição Federal a educação passa a ser direito de todos e dever do Estado. Porém a Constituição de 1988 ainda não cita diretamente a educação rural. Apesar de no artigo 206 prescreve que deve haver “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Entendemos que nunca houve igualdade perante o acesso à escola, inclusive nas escolas do campo, visto que, a política de educação rural nunca priorizou a escola como espaço educativo importante. Isto é observado diretamente com a precariedade de estrutura física, da distância percorrida pelo professor para chegar a escola, estradas inapropriadas para transporte dos alunos, baixa qualidade de ensino em sala de aula, dentre outros fatores que contribuem para a precariedade da educação rural.

A educação rural só foi citada diretamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, ao afirmar em seu artigo 28:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

No entanto, apesar da LDB citar diretamente a educação rural, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não avança muito, pois ela não garante transformações na escola, mas meras adaptações. É nesse momento que os movimentos sociais do campo sentem a necessidade de reivindicar seus direitos, enfatizando a urgência de uma organização na Educação Rural pública no país, já que mesmo como a educação rural citada na LDB as escolas rurais ainda encontravam-se em situações precárias.

As Conferências Nacionais sobre Educação Rural realizadas no fim da década de 90 e os espaços de debates criados a partir implantação da LDB de 96 em conjunto com os movimentos sociais do campo, resultaram numa nova concepção de Educação, contrapondo à educação rural. Essa nova concepção defendia o direito de uma legislação específica para o povo do campo que garantisse o direito de estudar em seu espaço respeitando sua vivência social e cultural.

A I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo ocorreu em 1998, tendo como foco central a necessidade de inserir a educação dos povos do campo na agenda política, visto que, essa população não aceitava mais as contradições de um modelo de desenvolvimento excludente, nesse contexto é realizada a I Conferência que contribuiu para o desencadeamento do reconhecimento do camponês brasileiro enquanto sujeitos de direitos.

Em resposta aos movimentos sociais na sequência, há a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com a aprovação das diretrizes é desencadeado um processo de mobilização visando fortalecer a criação de políticas públicas que visam promover o acesso e a permanência a educação de qualidade ao povo do campo.

A concepção de Educação do Campo proposta pelas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2001) vai além da concepção de educação rural que se tinha, a saber, uma educação que considerava apenas a dimensão econômica. A nova concepção abrange a emancipação humana, o atendimento as especificidades do campo, levando em consideração aspectos da cultura campesina, da identidade dos sujeitos em questão, das relações socioambientais e também das organizações políticas. (BOIAGO; OLIVEIRA, 2012, P.4)

Tendo em vista que, a partir da aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo a Educação Rural sofreu alguns avanços, agora o povo do campo passa formalmente a ter direito a uma educação que respeite e valorize suas especificidades, cultura e a identidade desses sujeitos. Entretanto, ao mesmo tempo, observa-se que o campo vem cada vez mais sofrendo a política do agronegócio, da monocultura. É o caso do povoado Pirunga. Por isso, estudar a escola não pode desconsiderar a realidade onde está inserida. A partir disso, faz-se necessário estudar as práticas educativas no/do campo para analisar se estes avanços estão sendo contemplados.

O objeto de estudo dessa pesquisa são as práticas educativas desenvolvidas nos primeiros anos do ensino fundamental, numa escola do território rural, localizada no povoado Pirunga município de Capela- SE. O presente trabalho de monografia busca analisar se as práticas educativas desenvolvidas junto as crianças, filhos de trabalhadores rurais contemplam a educação no âmbito do campo buscando compreender de que forma estas práticas implicam no aprendizado das crianças. Além disso, um outro ponto que será abordado é representação que tem os pais e/ou responsáveis a respeito das práticas educativas desenvolvidas na escola e que importância eles atribuem as estas.

O interesse em desenvolver a presente pesquisa teve origem durante o processo de Estágio Supervisionado III, disciplina obrigatória do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), quando ao assumir uma turma de 2º ano do ensino fundamental na Escola Rural Pirunga, notei que há uma dificuldade por parte dos professores para realização das práticas educativas na instituição, já que os alunos estão sempre muito dispersos e inquietos.

Entretanto, o fato mais inquietante para minha pesquisa é a opinião que os pais têm a respeito da aprendizagem de seus filhos, como eles veem e a importância que dão as práticas educativas desenvolvidas na Escola Rural Pirunga. Já que no período que realizei o estágio na presente escola ficou claro que a maioria dos pais são leigos a respeito de como e o que seus filhos aprendem na escola, acabando por não saber ou ignorar como são desenvolvidas as práticas educativas na instituição.

Diante disso, surgiram as seguintes indagações: quais os problemas enfrentados pelos professores, pais e estudantes que tem implicação na educação das crianças da

escola Rural Pirunga? Existem práticas educativas que trabalham com a realidade dos estudantes e da comunidade? Qual a importância das práticas educativas desenvolvidas na escola para os pais dos alunos? A partir disso, de que modo os pais veem as práticas desenvolvidas na Escola Municipal Rural Pirunga?

Mediante os questionamentos citados a cima trabalharemos com as seguintes hipóteses: Os pais optam por matricular seus filhos na escola Rural Pirunga, por questão de proximidade já que a prefeitura municipal não disponibiliza transporte para deslocamento dos alunos para outras instituições de ensino, a partir disso, a comunidade encontra-se sem opção e acabam por deixar de lado a questão de como as práticas educativas são desenvolvidas na escola e se estas estão atendendo as necessidades de uma educação que valorize a cultura dos seus filhos.

Um outro fator dos pais serem leigos as práticas educativas desenvolvidas na escola seria o fato que muitos deles não frequentaram a escola ou não chegaram a concluir o ensino fundamental, por questões desconhecidas por mim, e estes consideram-se privilegiados apenas por seus filhos terem a oportunidade de uma educação que eles não tiveram.

Ao desenvolver a presente pesquisa de monografia tive como objetivo geral discutir a representação dos pais sobre as práticas educativas desenvolvidas na escola Rural Pirunga, no município de Capela/SE tendo, como ponto de partida a representação que os pais possuem a respeito dessas práticas e a importância que lhes atribui, buscando então analisar se estas estão sendo desenvolvidas de forma que valorize a cultura e a tradição da comunidade local, respeitando os valores e a identidade do povo do campo.

A metodologia que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi a abordagem qualitativa, porém, foram utilizados também elementos da abordagem quantitativa para análise dos dados sobre os índices da educação no município. O método utilizado se aproxima do materialismo histórico dialético, por se tratar de um estudo crítico sobre a forma que são desenvolvidas as práticas educativas, baseando-se em fatos da realidade para identificar qual a representação que os pais possuem a respeito das práticas desenvolvidas na instituição e quais os problemas enfrentados pelos professores, pais e alunos que implicam no aprendizado da escola Municipal Rural Pirunga.

O estudo de caso é o tipo da pesquisa, no qual através de observações tentei entender e esclarecer quais os problemas que implicam no aprendizado dessa determinada escola, além de conhecer a visão que a comunidade tem em relação as práticas desenvolvidas na Escola Rural Pirunga e se estas estão sendo desenvolvidas de forma que adequa as necessidades educacional da população local. Os instrumentos escolhidos para realizar a pesquisa foram os documentos oficiais disponibilizados pela escola, secretaria de educação, consultas em sites como IBGE e INEP, além de aplicação de entrevistas com pais, professores e alunos.

Diante disso, o presente trabalho monográfico apresenta a seguinte estrutura textual: o primeiro capítulo trata da estreita ligação entre trabalho e educação com recorte para realidade do campo e suas contradições com o meio rural. Além de, discutir como esta interfere diretamente na vida da sociedade.

O segundo capítulo traz uma interpretação dos dados obtidos sobre o campo de pesquisa estruturado numa breve caracterização do município onde a escola está inserida abordando dados do senso educacional e informações do IBGE.

O terceiro e último capítulo discorre sobre a pesquisa na Escola Municipal Rural Pirunga. Relatando como são desenvolvidas as práticas educativas na escola dialogando com a concepção de educação do campo.

CAPITULO I

1 EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO

Este capítulo tem por objetivo discutir a relação entre educação e trabalho com o intuito de explicar como essa relação está no interior da construção do modo de vida da sociedade. Nesta pesquisa, o recorte de estudo será a realidade do campo.

De acordo com Saviani (2007) “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, apenas o ser humano trabalha e educa”

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. (SAVIANI,2007, P.154)

Ao longo da história trabalho e educação sempre tiveram uma estreita relação objetivam fins e objetivos em comuns. O trabalho está compreendido como atividade essencialmente humana, dos seres racionais. É através deste que o homem diferencia-se do animal no momento em que passa a produzir de forma consciente sendo capaz de criar, planejar e antecipar suas ações e a partir disso, modificar o meio em que está inserido. Desse modo, somos os únicos capazes de antecipar em nossas cabeças os resultados das nossas ações e a partir disso, planejar o caminho que será trilhado para alcançar o objetivo desejado.

O trabalho configura-se como atividade essencial para a vida humana, como atividade que expressa a condição racional do homem, sua humanidade, sua condição de ser criador de valor e também sua condição de ser social, além de ser imprescindível para a manutenção da vida humana, que possibilita a produção de meios que satisfazem as necessidades bio-psico-sociais dos homens. (SILVA, 2013, P.3)

É notório que homens e mulheres vem construindo historicamente sua existência a partir do processo de trabalho, no qual segundo MARX (1982) é pelo trabalho que o homem transforma o mundo dado, adequando-o a sua própria forma de ser, chegando a consciência plena de si como razão. Assim, verifica-se que, o trabalho configura-se como atividade fundamental do ser humano, pelo qual o homem através de sua ação

modifica o meio em que está inserido. Entretanto, a partir do surgimento do modelo de produção capitalista, o trabalho passa a englobar outros aspectos contemplando novos objetos, visando sempre a lucratividade e a competitividade. A partir de então, o trabalho “deixa de ser uma realização humana, transformando-se no trabalho coisificado, estranho ou alienado, subjugado ao capital”. (SILVA, 2007, p.82).

Entretanto, cabe salientar que, ao longo da história o trabalho vem sofrendo diversas mudanças em sua estrutura, no início por exemplo o trabalho era visto como forma de sobrevivência, no decorrer dos anos passou por transformações passando a ser visto como ferramenta de produção de lucro e riqueza para alguns a partir da exploração de outros. Nessa trajetória de mudanças a relação trabalho e educação sempre esteve presente, e conseqüentemente, está última também sempre sofreu modificações, passando a possuir sentidos diferentes.

Nas comunidades tradicionais por exemplo, a educação e o trabalho tinham um papel de sobrevivência, o trabalho tinha relação com a terra e era desenvolvido coletivamente, onde prevalecia o modo de produção comunal, sendo assim todo resultado era compartilhado entre todos. Nesse período não havia a divisão de classes, tudo era feito em comum, a apropriação de terras era coletiva. Logo a relação entre trabalho e educação tinha um significado fundamental para essas comunidades já que todos trabalhavam e o que eles faziam e produziam tinha relação direta com sua realidade, na qual a educação e o trabalho ocorriam de forma simultânea e eram transmitidos no decorrer das gerações. O trabalho era produzido e partilhado socialmente e sua utilidade era social.

Na antiguidade, o trabalho passou a ser reconfigurado a partir da propriedade privada de terra e a partir de então, os trabalhadores e, os que detinham as propriedades, passavam a constituírem duas classes. A sociedade agora configura-se em classes, a dos que possuem propriedade privada de terra e as que não possuíam a propriedade privada. A partir, dessa mudança as comunidades tradicionais foram substituídas pela sociedade escravista nesta tornou-se possível que uma pequena parcela da população vivesse sem trabalhar (os proprietários de terras) enquanto o restante e grande maioria da população trabalhava para sobreviver (os que não possuíam propriedades privadas) e manter os donos das terras que transformaram-se em seu senhor. Ou seja, enquanto a classe dominada (escravos e serviçais) trabalhavam a classe dominante (homens livres) se apoderava da força de trabalho alheio.

Essa nova configuração da sociedade acarretou no surgimento de duas classes distintas uma dominante e outra dominada, nesse momento acontece uma divisão social do trabalho o que, conseqüentemente, altera também a educação.

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho. (SAVIANI, 2007. P.155)

A educação agora dividida em duas passa a ter sentidos diferentes, enquanto a educação para os homens livres era baseada na arte de palavras, atividades intelectuais e exercícios físicos de caráter lúdicos ou militar. A educação dos escravos e serviçais englobava apenas o processo do trabalho. Sendo assim, a educação oferecida para os proprietários de terras não englobava o processo de trabalho, servia apenas como maneira de incentivar o dominante a continuar dominando, já a educação ofertada aos não proprietários servia como forma de manter a classe dominada.

Estamos, a partir desse momento, diante do processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho. Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em conseqüência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso à classe dominada. E é aí que se localiza a origem da *escola*. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho. (SAVIANI, 2007, pág. 155-156).

Nesse período a escola é criada pelos proprietários de terras para que seus filhos pudessem estudar e ocupar seu tempo livre. Desenvolve-se então um novo tipo de educação, voltada para o ato de governar e para o trabalho intelectual, esta diferenciava-se da educação dos que não possuíam terra já que essa última era só para o processo de produção. Desde o início, fica claro que a escola foi criada com o intuito de preparar o indivíduo para desenvolver funções intelectuais na sociedade. Só que não era qualquer

indivíduo, pois nesse momento a sociedade encontrava-se dividida em classes e a educação escolar era destinada apenas a elite dominante, sendo assim, nem todos podiam estudar.

Na Idade Média a educação continuava atendendo ainda a pequena parcela da população denominada elite, porém a diferença era que está tinha como destaque o papel da igreja católica que também fazia parte da elite e usava seu poder para concretizar suas crenças religiosas, enquanto isso a educação dos dominados permanecia do mesmo modo do sistema escravista, no qual estes educavam-se no processo do trabalho, ou seja aprendiam fazendo. Com o passar do tempo o modo de produção feudal desenvolvido durante a Idade Média começa a declinar e é criado o modelo de produção capitalista

. Como a implantação do sistema capitalista o trabalho sofre uma radical transformação na sua essência

Nesta lógica, o trabalhador passou a vender a sua força de trabalho aos donos do capital, estabelecendo uma relação mercantil, onde o trabalho passa a se configurar não apenas no valor de uso, mas também, e acima de tudo, no valor de troca: uns compram a força de trabalho e outros a vendem, numa relação de compra e venda extremamente desigual. Desigual porque nesta relação de troca o trabalhador sai como entrou na produção, enquanto que o capitalista sai como proprietário da mais-valia produzida pelo trabalhador durante o processo de trabalho. (SILVA 2013, 2008 apud ARAUJO, 2008)

A partir de então, o trabalho passa a se configurar de uma nova maneira, é nesse momento que surge uma enorme contradição em relação a sua real essência, pois se por um lado, ele é uma atividade essencialmente humana, que diferencia o homem do animal por outro lado, o trabalho passou a ser uma atividade alienante atendendo apenas a interesses econômicos de uma pequena parcela da população. Acarretando numa relação de troca entre trabalhador e mercado capitalista, onde a classe trabalhadora é obrigada a se submeter aos desmandos de quem detêm o poder, portanto a ser explorada.¹

¹ A exploração se dava no processo da Mais-Valia, expressão criada por Marx a mais-valia está associada à exploração da mão de obra assalariada, em que o capitalista recolhe o excedente da produção do trabalhador como lucro. Tratando-se então, de um processo de extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente na produção de produtos com valor de troca. Sendo assim, a mais-valia representa o esforço dispendido pelo trabalhador durante a realização de seu trabalho, sendo que este esforço não lhe é recompensado em forma de salário, retornando para o patrão em forma de mais-valia

A relação trabalho-educação, conseqüentemente, também sofre uma nova determinação com o surgimento do modo de produção capitalista. A educação ainda reflete as intenções de uma ideologia dominante, só que agora estruturada a partir Estado que tem o dever de garantir educação gratuita para todos. Nessa fase a escola assume finalidades de preparar mão de obra para o modelo de produção capitalista, assumindo exigências desenvolvidas no processo de trabalho como: disciplina, exatidão, submissão física e moral, pontualidade, cumprimento de deveres entre outras impostas por esse modelo. A partir disso, segundo Leite (1999) considerando a abrangência do processo educativo, não podemos ficar alheio a ligação entre escola e Estado, a qual, nos últimos anos o capitalismo utilizou-se de formas eficazes de persuasão e domínio como forma de garantir sua presença sobre todos os segmentos sociais. A partir de então, o sistema capitalista usa o processo educativo como forma de alcançar seus objetivos: o poder e o lucro.

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso, que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. (MESZÁROS,2005, p.15)

Ocorre que no sistema capitalista a educação que deveria ser um instrumento de emancipação humana torna-se mercadoria subordinada a atender as demandas desse mercado tão desigual, no qual o trabalho é explorado transformando-se em um processo de alienação, onde o trabalhador passa a vender sua força de trabalho por um preço menor que sua produção passando a ser visto pelo empregador como uma ferramenta apenas de geração de lucro. É então nesse momento que educação passa a preparar o indivíduo para um trabalho alienante como o objetivo de domestica-lo e mantê-lo dominado.

A alienação com relação ao produto do trabalho tem duplo sentido: em primeiro lugar, este produto não pertence ao trabalhador, mas a uma pessoa alheia, ao capitalista que comprou sua força de trabalho, sua capacidade de produzir durante um tempo determinado; em segundo lugar, o trabalhador já não determina qual será o produto do seu trabalho, mas este é decidido pelo capitalista ou seu representante. (ENGUITA,1989, P.169)

A sociedade brasileira sempre foi marcada por uma desigualdade social e pela estrutura fundiária como a concentração de terras na mão de poucos, tendo origem no processo de colonização portuguesa com o regime das sesmarias. Nesse regime o agricultor tinha o direito de posse e o rei (ou o Estado) mantinha o domínio das terras, no entanto só os católicos e brancos considerados “puros de sangue” tinham direito a posse de terra. Assim os senhores de engenho tinham grandes áreas para o plantio da cana-de-açúcar e o resto da população era obrigada a trabalhar pois não tinham direito a posse de terras por serem escravos e índios.

Com o decorrer dos anos o Brasil manteve o latifúndio como uma de suas características, ao lado da monocultura e da exploração da mão-de-obra do trabalhador rural. E se há a concentração de terra, há também concentração de renda e de direitos sociais. No período colonial (1500-1822), com o processo de concentração de terras a educação ocorria de forma desigual, nem todos podiam frequentar a escola, este era exclusivamente um direito da classe privilegiada, esta negação de direitos ocorreu também durante o período imperial (1822-1889), nestes períodos a educação rural ainda não tinha sido mencionada, mesmo o Brasil sendo um país agrário. A educação para o povo rural só começa a ser pensada pela classe dominante a partir, das mudanças econômicas que começam a ocorrer no meio rural. Porém, essa não era uma preocupação pelo crescimento pleno do cidadão, mas para que o mesmo aprendesse o essencial para produzir e movimentar a economia que estava se modernizando cada dia mais.

Nas primeiras décadas do século XX, a educação rural começa a ser pensada como forma de controlar o trabalhador rural e aumentar sua produtividade no campo, nesse momento os grandes proprietários estão preocupados em continuar controlando o poder das terras e dos camponeses e suas mãos e, para isso, tentavam fazer com que os trabalhadores rurais acreditassem que para trabalhar na terra, era preciso apenas assinar seu próprio nome e ler algumas palavras. Tudo isso sem levar em conta a realidade do homem do campo, não considerando este como sujeito da sua história, possuidor de direitos e deveres. A escola rural para os filhos dos trabalhadores se limitava apenas ao exercício das primeiras letras e, geralmente ocorria em espaços dentro das próprias fazendas cujas professoras eram em algumas situações filhas dos próprios fazendeiros.

Apesar do passar dos anos, a educação rural, não mudou muito até porque o trabalho no campo continua sendo negado e explorado. No qual o pequeno agricultor se vê obrigado a abrir mão da agricultura de subsistência tendo com única alternativa de

sobrevivência, a venda da sua força de trabalho ao baixo preço a quem detém o poder do capital, passando a fazer parte do processo de trabalho alienante. Nesse processo, os homens vão aos poucos se desapropriando da sua cultura, de seu local de origem e vão deixando de ser autores da sua própria história. Um exemplo desta situação está no grande número de trabalhadores que migram da região norte e nordeste para trabalhar nos canaviais da região sudeste do país. Um outro exemplo a ser considerado seria a expulsão dos trabalhadores pela monocultura do agronegócio.

No caso de Sergipe um exemplo desta realidade é o trabalho na monocultura da cana-de-açúcar. A atividade canavieira vem a séculos sendo desenvolvida no Brasil, e nesse aspecto a região nordeste é pioneira na produção de cana-de-açúcar.

Na zona canavieira sergipana, a cultura dominante é a cana-de-açúcar, enquanto as outras culturas consideradas de subsistência ocupam as terras consideradas por ela, ora por suas condições de clima e solo, ora por sua localização geográfica, ou muito raramente, pela opção dos proprietários e até mesmo pela própria determinação do capital. A cana-de-açúcar, cuja importância deriva de condições históricas, sempre foi cultivada nas melhores terras, sendo a maior parte da sua produção destinada à exportação. (ARAÚJO, 1999, P.87)

Hoje, a cana-de-açúcar é um dos principais produtos do cenário agrícola sergipano, no qual de acordo com estimativas feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de cana de açúcar da safra 2012/2013 no estado atingiu 2,2 milhões de toneladas até abril do ano de 2013, apresentando acréscimo de 15,7% em relação à safra 2011/2012. Ainda de acordo com a Conab a área destinada à cultura aumentou de 35,5 mil hectares para 43,4 mil hectares nesse ano. Em relação ao município de Capela segundo dados do IBGE, em 2014 a área destinada a colheita foi de 8.200 hectares (ha) totalizando um valor de produção de 29.315 mil reais. Assumindo o segundo lugar nesta categoria, perdendo apenas para Japarutuba com 9.027 hectares de área colhida.

O grande crescimento, que a atividade canavieira obteve nos últimos anos contribuiu para a substituição parcial das lavouras de subsistência pela monocultura da cana-de-açúcar. Agora o pequeno agricultor passa a depender quase que unicamente dessa atividade como forma de manter o sustento das suas famílias.

O município de Capela, se destaca historicamente na produção canavieira. O cultivo da cana-de-açúcar nessa região sempre foi destaque no âmbito do Estado por exercer forte desenvolvimento econômico, para o interesse dos grandes investidores, pelo fato do município está localizado numa região propícia ao cultivo da cana. No tocante, o município

atualmente conta com três usinas em funcionamento –a Usina Junco Novo, localizada no povoado Boa Vista, a Usina Iolando Leite, no povoado Pirunga e a mais recente, a Usina Taquari do grupo Samam, localizada no povoado Miranda.

A implantação das usinas de cana de açúcar no município possui duas vertentes, a primeira delas é que as usinas acabam gerando emprego para a população local, servindo como fonte de renda para maior parte dos moradores do município. Entretanto, apesar da atividade canavieira ser de “importância econômica” para região, nota-se que como o crescente número de usinas no município, cresce também a produção da cana-de-açúcar, na qual o pequeno produtor não consegue participar ativamente do mercado canavieiro, tendo como únicas opções arrendar suas terras aos grandes proprietários ou fornecer sua produção a preços muito baixos. Acarretando num processo de exploração do trabalho, no qual o pequeno produtor é submetido a uma relação de subordinação as grandes usinas, relação está que reflete no fato de que não são mais eles (os pequenos produtores) que decidem sobre o processo técnico a ser usado e o valor que será pago pela produção fornecida. A realidade no trabalho da cana-de-açúcar é ainda pior para os trabalhadores que não possuem uma porção de terra suficiente para o plantio.

O trabalho rural na cana-de-açúcar é atividade laboral das mais degradantes, responsável por impor ao trabalhador condições biológicas e emocionais demasiadamente prejudiciais. Nele, o trabalhador é submetido a uma carga intensa de trabalho e remunerado sob uma perspectiva estritamente exploratória, que visa extrair do trabalhador o seu máximo desempenho, nem que isto custe a sua própria vida. Falta de equipamentos de proteção individual, transporte inadequado, migração, dores na coluna vertebral, stress, desidratação, infecções respiratórias e baixa remuneração são alguns dos substantivos aptos a designar o cotidiano do trabalho rural canavieiro. (JÚNIOR,2010)

Diante disso, fica claro que na atividade canavieira o trabalhador não é mais o dono da sua força de trabalho, está agora pertence aos grandes proprietários das usinas sendo eles os responsáveis por estabelecer o valor do pagamento por produção, onde trabalharam e o tempo de trabalho que exerceram na função do cultivo da cana. Além disso, ainda tem os baixos salários, no qual o pagamento é estabelecido por produção, recurso este utilizado pelos empregadores para passar aos trabalhadores a ideia que eles são os responsáveis por fazer seu próprio salário. Porém, esta é na verdade, uma estratégia que proporciona a geração da mais valia, significando em maiores lucros aos donos das usinas. Já que pela necessidade de um salário o trabalhador irá assumir a exigência de manter sempre um alto ritmo de produção, fazendo então que as usinas

umentem o nível de produtividade e gerem mais lucro, resultando num esforço sobre-humano por parte dos trabalhadores que pela necessidade interiorização a ideologia que precisam produzir sempre cada vez mais para que possam garantir o seu sustento.

Para que essa lógica pautada na geração desenfreada de lucro, imposta pelo sistema capitalista não acabe desrespeitando ainda mais o trabalhador, este segundo MARX (1974), precisa possuir condições necessárias para sua subsistência, que no caso do povo seria instrumentos de trabalho que os permitissem produzir e negociar de uma forma justa com o mercado. Uma outra solução estratégica contra a exploração do trabalhador no sistema capitalista seria a educação.

Ela sozinha não transforma, mas segundo os pensadores críticos sem ela também é mais difícil mudar a realidade de exploração. Segundo Paulo Freire (1982), a libertação do homem oprimido será possível mediante uma nova concepção de educação: a educação libertadora, aquela que vai contra a dominação. Freire propõe o abandono da educação bancária, pois esta atende apenas ao interesse do opressor e configura o homem como um ser vazio e dependente. Passando então, a defender uma educação do homem pautada na conscientização, na problematização e na desalienação. Dessa forma, a educação passa a ter um caráter libertador servindo para o processo de emancipação do homem libertando da situação de opressão imposta pelo sistema capitalista.

Essa educação tem de ocorrer em paralelo às transformações do trabalho e da propriedade privada. Por isso, a luta por terra exige uma educação referenciada nesta, e a educação que possibilite a transformação também precisa da luta como referência para se desenvolver. Sendo assim, a luta pela terra contra propriedade privada está pela educação crítica, assim como a educação crítica que problematize e vise a desalienação está pela luta de terra e contra propriedade privada.

1.1 A relação trabalho e educação no povoado Pirunga

Os habitantes do povoado Pirunga em sua maioria trabalham na agricultura com o cultivo da cana-de-açúcar. A atividade canavieira é a principal fonte de renda das famílias no local, no qual cerca de 80% das famílias do povoado tem um ou mais membros que trabalham com a cana.

Os trabalhadores são geralmente homens e possui idade entre 18 a 45 anos, somente aproximadamente 35 mulheres² trabalham na atividade da cata da cana. O trabalho nos canaviais é dividido no corte, colheita e plantação da cana e ocorre das 7:00 h da manhã as 16:00 h, entretanto os trabalhadores precisam acordar de madrugada para o preparo da “marmita”, instrumentos de trabalho e para aguardar o transporte que os levará até os canaviais. A produção canavieira no local é dividida por safras com duração de 6 meses, no qual os trabalhadores nomeiam de “safra de verão” e “safra de inverno”. No período da “safra de verão”, em conversa com moradores do local o ganho financeiro é maior, já que estes recebem por produção e esta é maior no verão. Já no inverno o ganho cai significativamente, alguns trabalhares chegam até a ser dispensados do trabalho. Com promessa de volta na “safra de verão”.

Em relação a escolaridade dos trabalhadores, em observação de campo, pude constatar que uma grande parte não chegou a concluir o ensino fundamental e alguns, os de idade mais avançada, nunca frequentaram uma escola por terem que trabalhar cedo para ajudar no sustento da família. Os que conseguiram concluir uma parte dos estudos são contratados para cargos mais “leves” como: supervisão de turmas de trabalhares, motoristas de máquinas e caminhões para transporte da cana e trabalho no almoxarifado.

Nessa realidade, fica clara a dependência da ligação entre a educação e trabalho, já que os que não possui um nível de escolaridade exigido pelo mercado são destinados aos trabalhos que carece maior esforço físico e desgaste do trabalhador. Por outro lado, os que conseguiram pelo menos a aquisição da educação imposta pelo modelo capitalista pode exercer um trabalho, ainda alienante, porém, como menos desgaste físico.

A atividade canavieira, como já foi dito é a principal fonte de renda dos moradores do povoado. Porém, apesar disso, segundo os trabalhadores, essa atividade não é desenvolvida de maneira adequada, acarretando em problemas para a população do povoado Pirunga. Na época da queimada por exemplo, a fumaça e as cinzas dos restos das palhas queimadas são transportados pelo vento entrando nas casas resultando no incomodo aos moradores que vivem nos arredores dos canaviais, além de causar também alguns problemas de saúde aos trabalhadores e a população local.

² O número é colocado como aproximado pois, durante 4 meses, acompanhei o desembarque das trabalhadoras quanto retornavam dos canaviais para suas casas no povoado.

A queima das palhas no canavial visa facilitar e baratear o corte manual, fazendo com que a produtividade do trabalhador aumente de duas para cinco toneladas por dia. Os custos do carregamento e transporte também são reduzidos, e aumenta a eficácia das moendas, que não precisam interromper seu funcionamento para limpeza da palha. Por outro lado, essa prática, empregada em aproximadamente 3,5 milhões de hectares, tem consequências desastrosas para o ambiente. No Brasil as queimadas são uma prática proibida por lei há vários anos. (JÚNIOR, 2010)

Um outro problema gerado pela cana e enfrentado pelos moradores do local é que o transporte da cana-de-açúcar para as usinas aumenta o fluxo de caminhões pesados na região resultando nas precárias situações das estradas do povoado. Causando transtornos aos moradores que precisam trafegar pelas estradas do local. Esses fatos mostram que, a única preocupação dos grandes empresários é a geração de lucro. Já que, como mostra a realidade estes não estão preocupados com a qualidade e as condições de vida dos seus trabalhadores e da população que vive aos arredores dos canaviais, muito menos com a educação a eles ofertada, tanto é, que não existe nenhuma escola no povoado que trabalhe com a educação de jovens e adultos.

CAPITULO II

2 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO (CAPELA- SE)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) possuindo uma área de aproximadamente 442,744 km² o município de Capela está localizado 67 km da capital sergipana na região norte do Estado, limitando-se a norte com o município de Aquidabã, a oeste com Siriri, Nossa Senhora das Dores e Cumbe, a sul com Rosário do Catete e a leste com Muribeca e Japaratuba. O município surge em meados do século XVIII, quando o capitão Luís de Andrade Pacheco e sua mulher, Perpétua de Matos França fazem uma doação de parte de suas terras e mais cem mil réis para construção de uma capela no local denominado Tabuleiro da Cruz. E é somente em 28 de agosto de 1888 que o município se torna cidade.

Conforme o senso do (IBGE) de 2010 Capela/SE possui uma população estimada de 33.374 habitantes sendo formada numa região conhecida por seu relevo bem peculiar, constituído de enormes colinas dotadas de grandes áreas planas nas partes mais altas e localizadas entre regiões de vale, chamadas de "tabuleiros", Capela ganhou o apelido de "Rainha dos Tabuleiros", em razão do seu forte desenvolvimento no início do século XX, em especial na década de 50, onde se destacava pelo forte poder econômico, industrial e influência política na região. O plantio do algodão e a cultura da cana de açúcar fomentaram e expandiram o comércio da cidade, porém no período de 1980 a 1991, a indústria e o comércio apresentaram uma redução nas atividades, com reflexos negativos no nível de emprego da população.

2.1 Economia

Seu perfil econômico é baseado na agricultura que tem como principal produto a cana-de-açúcar, seguindo da laranja e mandioca. Salientando que o principal produto da economia é cana-de-açúcar pois, a região possui condições favoráveis para esse cultivo devido à localização na região do Vale do Cotinguiba, ao solo fértil e presença do clima quente e úmido.

A cana-de-açúcar foi o primeiro cultivo industrial a ser introduzido em Sergipe, desde 1602. As condições ambientais decorrentes da presença

de solos férteis e de clima úmido, na Zona da Cotinguiba, contribuíram para o desenvolvimento da monocultura canavieira e a produção do açúcar, em sua maior parte destinada à exportação para a Europa e para outros pontos do país (FRANÇA & CRUZ, 2007.P.161).

Como já foi dito, cabe destacar que o município possui atualmente três usinas em funcionamento - Usina Junco Novo, Usina Iolando Leite, e a mais recente, a Usina Taquari. A economia da região é caracterizada ainda pela pecuária de corte e leite, criação de aves, além do comércio e da cultura de subsistência que gira em torno da produção de milho, feijão e mandioca.

Na sua história, desde a colonização portuguesa, o Brasil sempre foi marcado pela distribuição irregular de terras, caracterizando uma estrutura fundiária, pautada na concentração de terras na mão de poucos. Com o passar do tempo, essa desigual distribuição de terras acabou gerando conflitos entre proprietários e não proprietários.

A região de Capela/SE sempre foi palco de grandes conflitos pela luta de terras no Estado sergipano;

A luta pela terra faz parte de uma dimensão das lutas contra o capital, que deseja da terra sua reprodução ampliada e a manutenção de sua estrutura de poder. À medida que o capital se reproduz ampliadamente, agrava cada vez mais o quadro de desigualdades que o sustenta, mediante a exclusão. E como o número de excluídos é cada vez maior, a luta contra o capital tende a ser crescente. (FILHO, 2002)

Alguns fatos marcaram o conflito pela luta de terras no município de Capela, dentre eles destaca-se o dinâmico processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização tanto do grupo capitalista latifundiário quanto dos sem-terra no território da Usina Santa Clara (USC) resultando numa longa batalha judicial travada ora entre a referida Usina e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ora entre a USC e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Porém, o conflito não ficou restrito apenas a batalha judicial pois, em abril de 1996 houve a primeira morte nas lutas no campo implementadas pelo MST, em Sergipe. O assassinato do acampado nas terras da tradicional USC intensificou a atuação do MST e seus mediadores junto ao poder executivo, na busca da reforma agrária. Conquistando assim, em 24 de julho de 1996, o decreto presidencial declarando o imóvel denominado Usina Santa Clara de interesse social para fins de reforma agrária. Essa foi uma das primeiras vitórias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no município. O MST é

fruto de uma questão agrária de lutas pela democracia da terra, e foi criado formalmente em 1984, no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra. No qual, estes decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

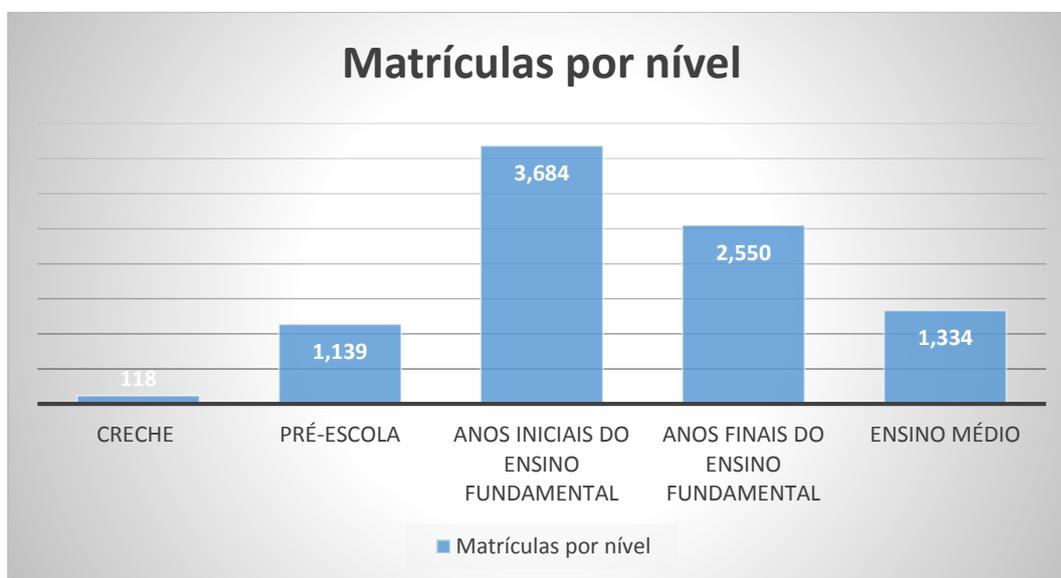
O município de Capela/SE segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) possui 1 projeto de assentamento federal do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Josenilton Santos ou Santa Clara que abrange uma área de 3.130,8421 hectares, com capacidades de 280 famílias. Entretanto, em conversa informal com moradores do município estes afirmaram que na região há mais 3 projetos de assentamentos, implantados a cerca de dez anos, porém estes ainda estão na luta pelo processo de posse de terra.

Em relação a renda per capita do município, segundo dados do Ministério da Saúde- DATASUS a renda domiciliar é de R\$309,91. É importante frisar também que de acordo com Ministério de Desenvolvimento Social em setembro de 2015 no Município Capela/SE, o total de famílias inscritas no Cadastro Único do Programa Bolsa Família (PBF) era de 7.220, no qual cerca de 4.159 possui renda per capita familiar de até R\$77,00 e apenas aproximadamente 646 famílias possuem uma renda per capita acima de meio salário mínimo. O PIB do município o PIB atingiu os 267,1 milhões de reais em 2012 (IBGE)

2.2 Educação

No quesito educação segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012 o município contava com 33 escolas destinadas ao ensino fundamental, 4 estabelecimentos de ensino médio e 27 de ensino pré-escola, totalizando em 2013 de acordo com dados do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -MEC/INEP o número de 8.825 alunos matriculados na rede de ensino, no qual o maior número de matrículas ocorre nos anos iniciais do ensino fundamental e o menor na modalidade creche, visto que o município não possui um número suficiente de creches para atender a demanda da população. A distribuição de matrículas nas modalidades de ensino vem sendo representada no gráfico a seguir.

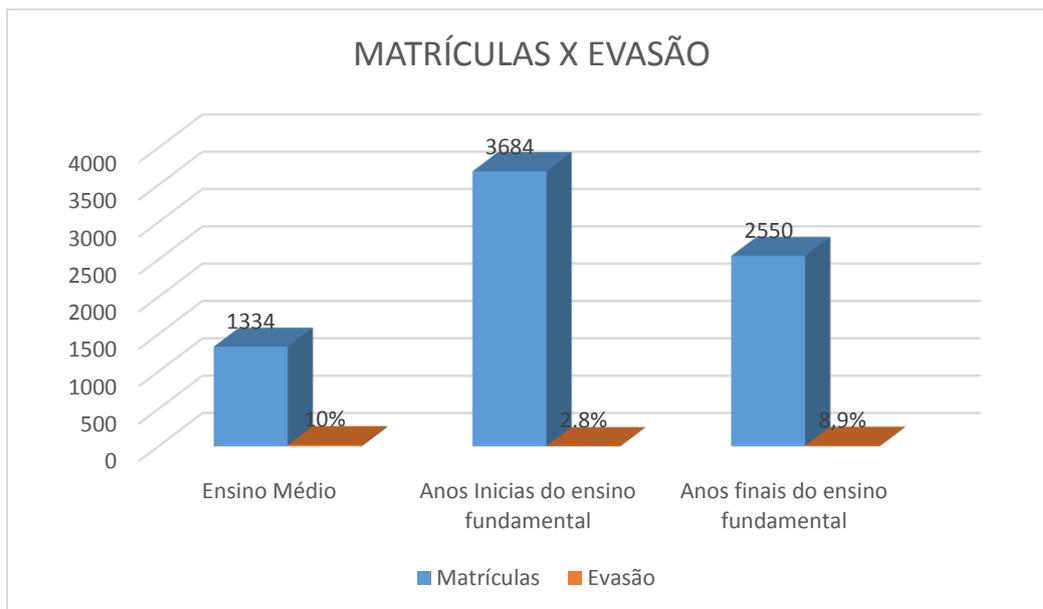
GRÁFICO 1- Matrículas por nível do município de Capela/ SE



Fonte: Ministério da Educação/INEP

De acordo com dados do site todos pela educação em 2013 a taxa de evasão escolar do município de Capela/SE apresentou um número relativamente baixo de abandono nos anos iniciais do ensino fundamental, entretanto esse número cresce significativamente de acordo com a modalidade de ensino, pois, ao analisarmos a porcentagem de alunos matriculados e o índice de evasão nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio nota-se que há porcentagem significativa de alunos que não conseguem concluir os estudos. Os motivos sobre esta evasão não são conhecidos.

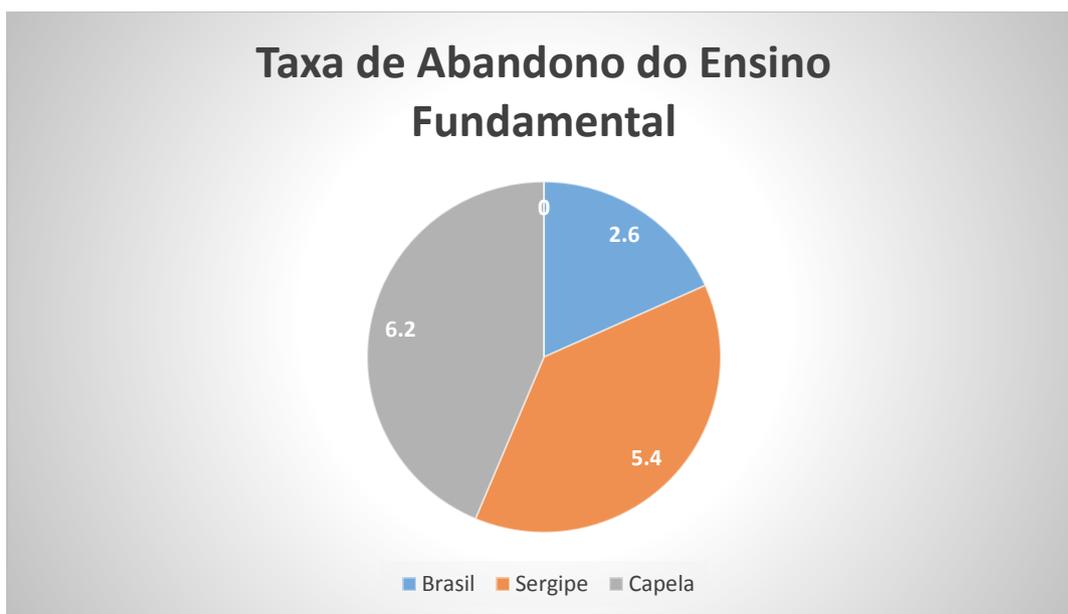
GRÁFICO 2- Matrícula x evasão no município de Capela/SE



Fonte: Ministério da Educação/INEP

Nota-se que, as modalidades de ensino que concentram menor número de matrículas são também as que possuem o mais elevado índice de evasão escolar como é o caso do ensino médio e dos anos finais do ensino fundamental. Entretanto se compararmos o índice de evasão no ensino fundamental do município com a taxa de abandono do país seguido do estado sergipano notamos que Capela apresenta uma taxa elevada de evasão escolar.

GRÁFICO 3- Taxa de Abandono do Ensino Fundamental em Capela/SE



Fonte: Ministério da Educação/INEP

Nota-se então que o município de Capela está com o índice de abandono 3,6% mais elevado que o Brasil e 0,8% maior que o estado sergipano, chegando à conclusão que os estudantes Capelenses possuem dificuldades para conclusão do ensino fundamental.

Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino no país. O índice varia em uma escala de 0 a 10 e é calculado a partir de dois componentes: as taxas aprovação dos estudantes e as médias de desempenho dos alunos nas avaliações aplicadas pelo Inep. No município nos últimos anos a média do IDEB vem apresentando um pequeno aumento em relação aos anos anteriores. Conforme mostra tabela.

TABELA1- Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Capela/SE

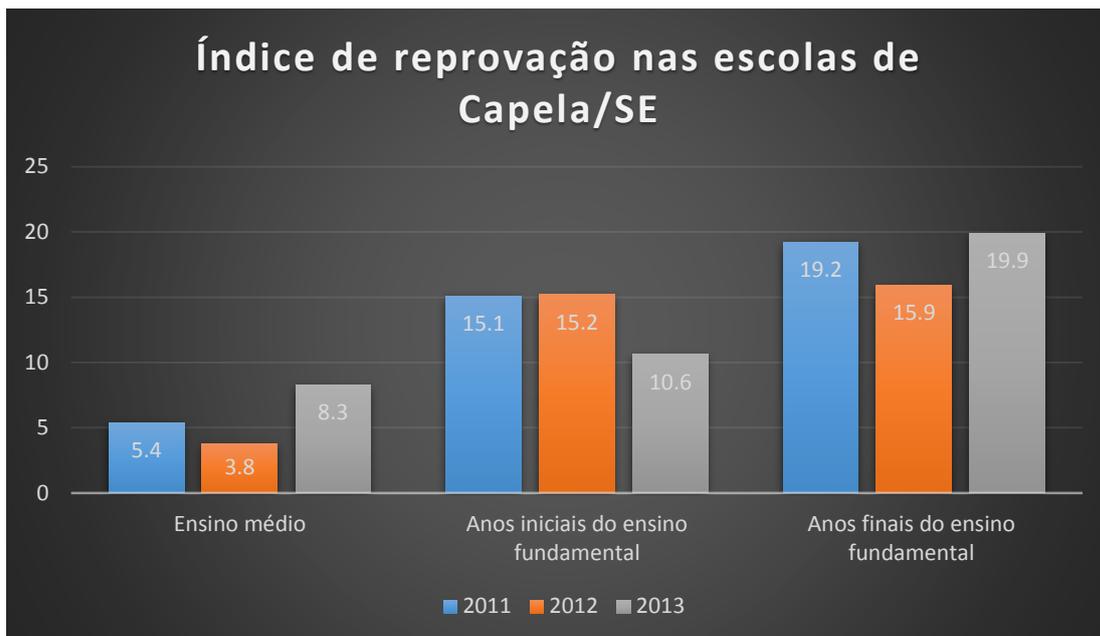
	Anos iniciais do ensino fundamental	Anos finais do ensino fundamental
2005	2,8	2,3
2007	2,9	2,4
2009	3,5	2,6
2011	3,4	2,7
2013	3,8	2,8

Fonte: Ministério da Educação/INEP

Entretanto, apesar do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) sofrer um pequeno aumento fica claro que o município de Capela/SE ainda apresenta uma média relativamente baixa nos anos finais do ensino fundamental se comparada com os números dos anos iniciais do ensino fundamental que obteve 1,0% aumento na média no período de 2005 a 2013.

E ainda de acordo com dados do MEC/INEP, é nos anos finais do ensino fundamental que ocorre o maior índice de reprovação do município somando um total de 19,9% em relação ao número de matrículas no ano de 2013, nesse mesmo ano cresceu também o número de reprovações no ensino médio. Como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 4- Índice de reprovação nas escolas de Capela/SE

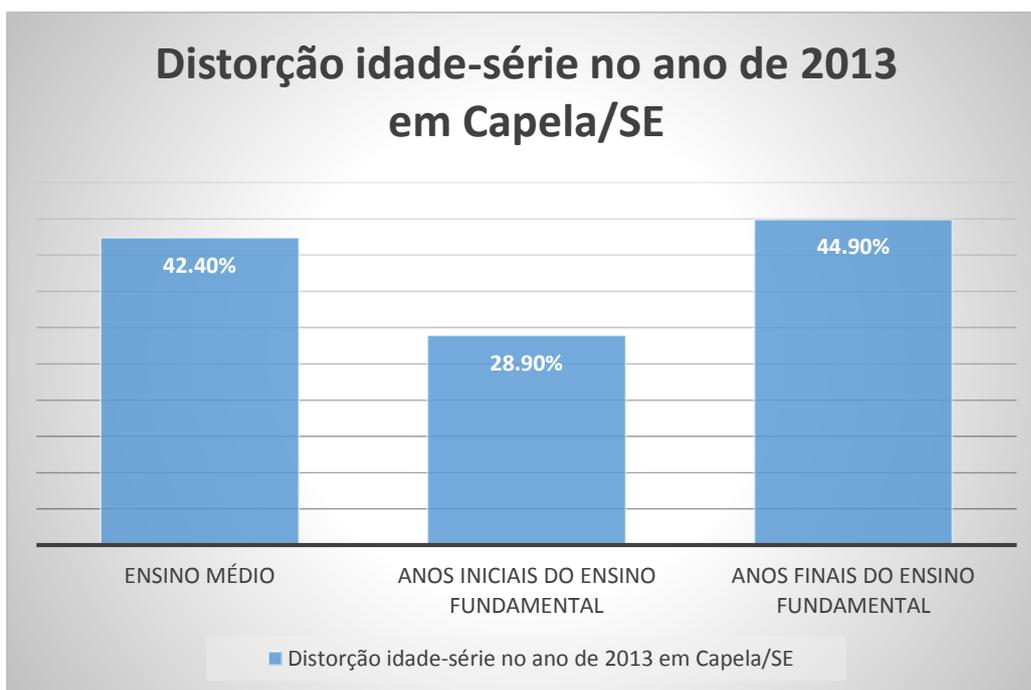


Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Um elevado índice de reprovação somado ao alto índice de evasão nos anos finais do ensino fundamental, traz com consequência a chegada de muito jovens ao ensino médio com idade acima do estabelecido pela Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBN) em relação a muitos outros que nunca reprovaram ou desistiram. Implicando assim na distorção idade-série que no município eleva-se na medida em que os jovens avançam de nível de ensino.

Entre os alunos dos anos finais do ensino fundamental 44,9% estão com idade superior à recomendada e dos que conseguem chegar ao nível médio há um índice 42,4% de defasagem (Observe o gráfico a seguir)

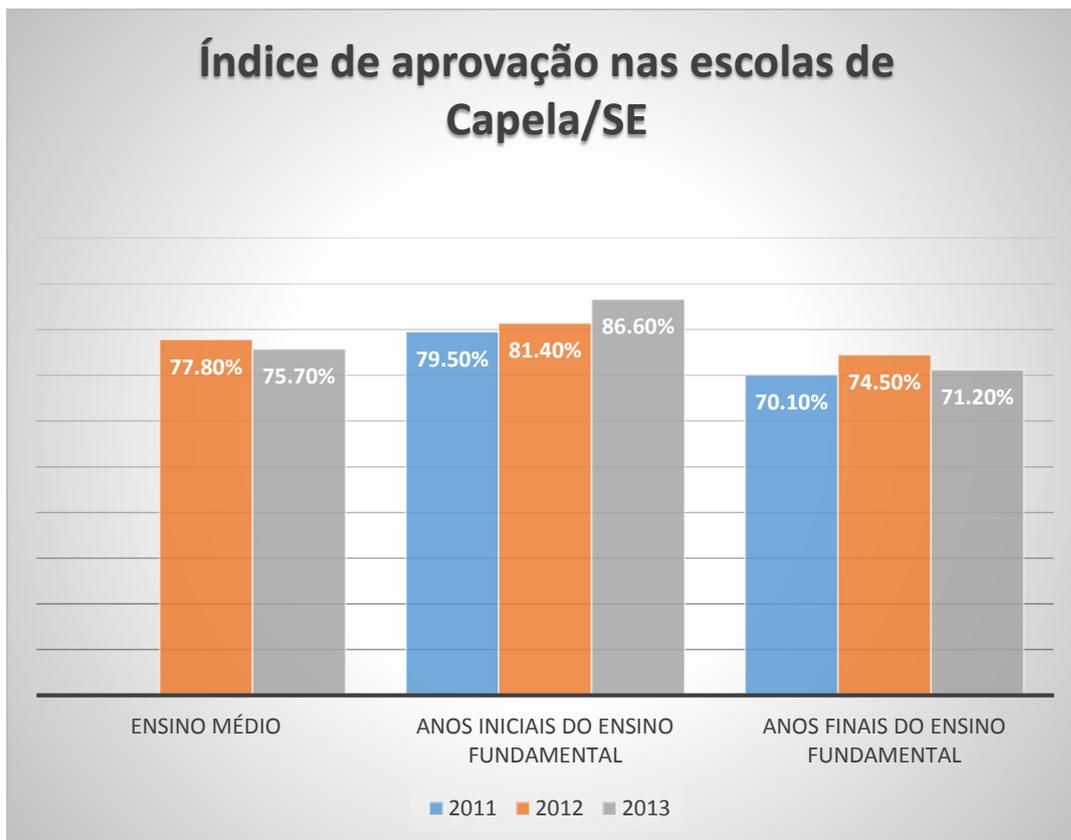
GRÁFICO 5- Distorção idade-série no ano de 2013 em Capela/SE



Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Em relação ao índice de aprovação nas escolas de Capela/SE fica evidente no gráfico abaixo que no ano de 2013 houve uma redução no índice de aprovação tanto nos anos finais do ensino fundamental como no ensino médio, o que só comprova o crescimento no índice de abandono e reprovação nessas modalidades de ensino acarretando na elevação dos índices da distorção idade-série.

GRÁFICO 6- Índice de aprovação nas escolas de Capela/SE



Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Ao analisarmos os dados em conjunto fica claro que ao avançar o nível do grau de escolaridade, há um aumento na dificuldade dos jovens do município em permanecerem nas instituições de ensino, resultando assim nos números elevados de alunos que não conseguem concluir sua vida escolar.

2.3 Características do povoado Pirunga

A escola escolhida para realização da pesquisa é a Municipal Rural Pirunga situada no povoado Pirunga no município de Capela/SE.

O povoado Pirunga, localiza-se cerca de 14 quilômetros da sede do município de Capela/SE as margens da rodovia BR 101. Povoado de médio porte possui pequenos estabelecimentos comerciais, um ponto dos correios e um clube para realização de eventos. Sua infraestrutura conta ainda com uma praça que fica no centro do povoado, uma igreja onde aos domingos ocorrem missas e um posto de saúde com médico uma vez por semana. A economia da região gira em torno de uma cerâmica destinada a produção de blocos de construção, uma usina de cana-de-açúcar e um posto de gasolina.

Os habitantes do povoado em sua maioria trabalham na agricultura com o cultivo da cana-de-açúcar. Como já foi dito, a atividade canavieira é a principal fonte de renda das famílias no local. Alguns moradores da Pirunga também praticam a agricultura de subsistência, no qual os pequenos agricultores usam suas terras para a produção agrícola destacando-se o cultivo da mandioca, seguindo do feijão e do milho.

No quesito educação o povoado conta com duas escolas municipais destinadas ao ensino infantil e a educação fundamental, além de uma creche. A Pirunga não possui escolas destinadas ao nível médio, porém a prefeitura disponibiliza transporte público para que os alunos se desloquem cerca de 14 km até a sede da cidade no turno da noite para frequentarem as aulas acarretando no processo de nucleação do ensino médio.

Segundo Gonçalves (2010) “A nucleação viabiliza-se por meio do uso intensivo do transporte escolar e deslocamento de alunos desde suas comunidades para escolas com maior população, onde estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária”.

É o que acontece com os alunos do povoado Pirunga e dos povoados vizinhos que iram ingressar no ensino médio, estes são obrigados a se matricularem em escolas que ficam na sede do município e frequentarem as aulas a noite, utilizando os ônibus destinados pela prefeitura para chegarem a local das aulas. O fato vem gerando um alto índice de desistência por parte dos jovens do povoado na continuação dos estudos.

CAPÍTULO III

3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA ESCOLA “RURAL PIRUNGA”

Neste último capítulo, faremos uma análise sobre as práticas educativas na Escola Municipal Rural Pirunga, buscando entender a função social da escola para as crianças e suas famílias. Tudo isso levando em conta a representação que os pais possuem sobre essas práticas e a importância que dão ao desenvolvimento destas no âmbito da educação do campo.

A prática educativa [...] envolve e está envolvida por características de origem (identidade social) que possibilitam a união e a ligação entre os sujeitos de direitos: aluno – professor – comunidade. As questões históricas de pertencimento a uma classe social (assentados, trabalhadores e filhos de trabalhadores rurais) perpassam a prática educativa, na medida em que os sujeitos vão se inserindo coletivamente as atividades da escola, a busca da conscientização social e política, a luta por direitos básicos em prol de melhores condições de vida, posto que a construção de um novo homem e de uma nova mulher faz parte do cotidiano dos alunos, professores, funcionários e demais membros da comunidade. (CUNHA; MACHADO, 2009, P.9629)

Entretanto, antes de abordar a questão das práticas educativas em uma escola rural faz-se necessário realizar primeiro a distinção de Educação do campo e Educação Rural.

Segundo Mézaros (2005), a educação institucionalizada especialmente nos últimos 150 anos, serviu aos propósitos de fornecer conhecimentos e pessoal necessários à máquina do capital em favor da expansão do sistema capitalista e ainda gerar e produzir um quadro de valores morais que validam os interesses dominantes, por meio da internalização ou de uma dominação estrutural implacavelmente imposta.

Nesses propósitos, a Educação Rural, destinada a classe trabalhadora tem sua origem na base do pensamento latifundialista empresarial e do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem, além de visar também a fixação do homem no campo. A educação rural foi criada com o intuito de atender o capitalismo e o agronegócio tendo o território apenas um espaço de exploração e lucro. Conforme afirma Leite (1999, p.14)

A Educação Rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade” (LEITE, 1999 apud ANÔNIMO)

A transformação dessa realidade, vem sendo buscada pelos movimentos a partir da necessidade de uma educação que não excluísse socialmente o homem do campo, que defendesse os interesses desse povo e valorizasse sua cultura levando em conta seus saberes e práticas sociais. A Educação do Campo originando-se das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política de educação voltada para as necessidades específicas dos povos que lá vivem. Pautada em defender os interesses camponeses indo contra o sistema capitalista do agronegócio.

A Educação do Campo, diferente do modelo neoliberal de educação, contribui com a construção de uma memória coletiva, do resgate da identidade do homem do campo por meio da educação junto às crianças, jovens e adultos, criando o sentimento de pertença ao grupo social ao qual a educação do/no campo está inserida, seja nas escolas dos assentamentos, acampamentos ou nas escolas em distritos, glebas, patrimônios, seringais ou comunidades quilombolas. (FERREIRA; BRANDÃO, 2011, P. 7)

Entretanto para Arroyo, Molina e Caldart (2004), somente haverá uma educação endereçada às singularidades dos povos do campo se, simultaneamente, existir a construção de um projeto de desenvolvimento para o campo, que seja parte de um projeto nacional que priorize a sobrevivência do campo na sociedade brasileira. Acrescentam, ainda, que tal projeto deve ter como protagonistas os sujeitos e os seus processos de produção da vida. Esse ideal tem fomentado, no âmbito dos movimentos sociais, a luta pela garantia do direito à escola, ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente produzidos.

Mediante isso, para que haja uma educação do/no campo faz-se necessário que o direito previsto no artigo 5º da Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, seja contemplado em sua totalidade

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos:

sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL,2002)

Garantindo assim, ao povo do campo uma educação que tenha como referência seus interesses e necessidades, levando em conta as especificidades de cada local na busca da garantia de uma educação de qualidade que tenha como princípio o homem do campo como sujeito de transformação.

3.1 A escola Rural Pirunga

A Escola Municipal Rural Pirunga, está localizada na zona rural do povoado Pirunga as margens da BR 101, funcionando nos turnos matutino e vespertino atende as modalidades de ensino infantil e os anos iniciais do ensino fundamental.

IMAGEM 1. Frente da Escola Municipal Rural Pirunga



Fonte: Arquivo da autora, pesquisa de Campo,2016

A escola possui a seguinte descrição: 3 salas de aula. No qual no período matutino funcionam 03 turmas (pré-escola, 1º ano e 2º ano do ensino fundamental) e no vespertino mais 03 (3ºano, 4ºano e 5º ano do ensino fundamental). A outra parte da estrutura conta com 1 pequena cozinha, 4 banheiros fora do prédio destinado ao uso dos alunos e funcionários da escola, 1 sala de informática com alguns computadores, entretanto estes não são utilizados já que a escola não possui rede de internet, a sala passou então a ser usada pelo Programa Mais Educação, onde no turno oposto as aulas,

os alunos têm aulas de reforço escolar e capoeira. Há também uma sala destinada a diretoria da escola e um pequeno pátio.

Num primeiro contato como a escola ficou evidente que esta necessita de alguns reparos na sua estrutura, alguns mais urgentes, como por exemplo, a criação de um refeitório, pois, a escola oferece merenda escolar e os alunos são obrigados a sentarem no chão do pátio para realização da refeição, um outro ponto que deve ser revisto na estrutura da escola é a criação de um espaço para recreação dos alunos. Na falta de um espaço adequado os alunos brincam num local sem cobertura contra o sol e chuva e com duas traves improvisadas feitas de madeira. Cabendo destacar que as atividades no local sempre ocorrem no intervalo das aulas que pela manhã ocorre as 10:00 horas e a tarde as 15:00 horas, horários estes, onde o sol está bastante forte.

Um ponto positivo observado em relação a organização do ambiente escolar foi a arrumação das salas de aula, pois apesar das rachaduras e das cadeiras estarem velhas e serem desconfortáveis para os alunos, as professoras em conjunto conseguiram arrumar as salas deixando-as bastante aconchegantes. Criando um ambiente agradável para a realização das aulas.

IMAGEM 2. Área de recreação da Escola Rural Pirunga



Fonte: Arquivo da autora, pesquisa de campo, 2016

A estrutura da escola Rural Pirunga carece ainda de pequenos reparos como pintura nos muros e portões, organização dos banheiros e a realização de uma limpeza

frequente no seu terreno, já que é comum que o mato cresça dentro do espaço da escola, atraindo animais de grande porte para dentro da instituição.

IMAGEM 3: Entrada da escola



IMAGEM 4: Área interna da escola



Fonte: Arquivo da autora, pesquisa de campo, 2016 Fonte: Arquivo da autora, pesquisa de campo, 2016

É interessante frisar que, apesar da escola precisar de tantos reparos, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a escola Rural Pirunga participa do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. (FNDE)

E no ano de 2015 recebeu um total R\$ 21.930,00, conforme mostra a tabela.

TABELA 2- Recursos recebidos pela escola através do PDDE

Distinção	Custeio	Capital	Total	Data	Ordem de Pgto.	Valor pago
PDDE / PDDE EDUC. BASICA	3.136,00	1.344,00	4.480,00	13/11/2015	817860	4.480,00

Subtotal	3.136,00	1.344,00	4.480,00			4.480,00
----------	----------	----------	----------	--	--	----------

Subtotal	3.136,00	1.344,00	4.480,00			4.480,00
PDDE-EDUCAÇÃO INTEGRAL/ PDDE-EDUC.INT.FUND 2 PARCELA 2014	14.900,00	2.550,00	17.450,00	06/05/2015	460212	17.450,00
Subtotal	14.900,00	2.550,00	17.450,00			
Total Geral	18.036,00	3.894,00	21.930,00			21.930,00

FONTE: FNDE

No entanto, desse montante 18.036,00 foi destinado a custeio, e o restante não foi suficiente para nenhuma reforma (capital). Disto decorre, a ausência de recursos para reforma e ampliação do prédio, e o descaso do setor público. Já que não há financiamento necessário para realização de melhorias das condições de estudos e trabalho dos alunos e professores. Visto que, a escola rural não tem um grau de importância para políticas públicas dos municípios.

Em relação ao quadro de funcionários a escola conta com uma diretora que no turno da tarde exerce a função de professora do 5º ano, duas merendeiras que se dividem entre os dois turnos e também exercem a função de auxiliar de serviços gerais, cinco professoras do ensino fundamental efetivadas por meio de portaria da prefeitura e três profissionais que fazem parte do Programa Mais Educação.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a Escola Municipal Rural Pirunga atende alunos da educação infantil e do ensino fundamental do 1º ao 5º ano, totalizando no ano de 2015, 124 alunos matriculados nos dois turnos em que funciona. Sendo 17 matrículas na educação infantil e 107 matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental. Possuindo alunos com deficiências especiais a escola não possui estrutura adequada para esse atendimento e

acaba deixando de cumprir o que está previsto no previsto no art. 1 inciso 5 das diretrizes complementares do campo.

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular. (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008. P.1)

Os alunos que estudam na Escola são todos moradores do povoado Pirunga e diariamente fazem o trajeto até a escola a pé, necessitando todos os dias fazer a travessia na rodovia BR 101, gerando nos pais das crianças e funcionários da escola grandes preocupações, pois, constantemente ocorre acidentes no local.

Na realização da pesquisa consegui entrevistar apenas a professora responsável pelo 2º ano, já que está foi a turma na qual desenvolvi o estágio supervisionado III e, portanto, tive um contato maior. A docente foi questionada sobre problemas enfrentados por ela e pelos alunos no cotidiano da escola, facilidades no exercício da profissão, expectativa de melhoria na escola entre outros.

Em pontos da sua fala, a docente deixou explícita a preocupação em relação a realização da travessia na BR 101 feita pelos alunos. Quando questionada sobre os principais problemas enfrentados no cotidiano escolar e o que era ruim na escola Rural Pirunga.

A localidade da escola, por ficar à beira da BR 101, que dificulta o acesso das crianças, onde nós professores precisamos de toda atenção, tanto na chegada quanto na saída dos alunos” (Professora A).

Como dito acima, a professora foi questionada também sobre as condições de melhoria na escola, e a mesma afirma que a expectativa de melhoria seria:

A construção de uma nova escola em um outro lugar ou a construção de uma passarela na BR 101, que irá facilitar o trajeto dos alunos para escola do povoado Pirunga (Professora A)

Cabe ressaltar que, apesar da entrevista ser realizada apenas com uma docente da escola Rural Pirunga, nas observações em campo e em conversa informal com funcionários da instituição foi notório que estes também possuem a mesma preocupação.

Como a escola não foi transferida do local, já houve a reivindicação pela construção de uma passarela e sinalização vertical no local. A reivindicação é antiga e

sempre foi marcada por manifestações realizadas pela população local. Com confirma a matéria publicada no site do Jornal da Cidade em 21/05/2013

Moradores do povoado Pirunga, no município de Capela fecharam a rodovia BR-101, no quilômetro 104. A população reclama da falta de quebra-molas nas imediações do povoado. A manifestação começou por volta das 8h. O trecho da rodovia em que a manifestação está acontecendo é caracterizado por vários acidentes com mortes e atropelamentos. A população montou uma barricada com galhos de árvores, restos de materiais de construção e atearam fogo em pneus, impedido completamente o fluxo da rodovia nos dois sentidos. Os manifestantes reclamam que os veículos trafegam em alta velocidade, expondo todos a risco de acidentes graves. (Jornal da Cidade.Net 21/05/2013)

Após o manifesto a assessoria do DNIT informou a população que a solução definitiva seria a construção de passarelas para evitar o risco de acidentes no local, porém, até o corrente ano não foi feita. Deixando os alunos expostos ao perigo diário na travessia na rodovia BR 101.

3.2 As práticas educativas da Escola Rural Pirunga

No decorrer do estágio supervisionado III que foi realizado na escola Rural Pirunga, tive a oportunidade de conhecer e me envolver no desenvolvimento de algumas práticas educativas na escola. O que despertou um grande interesse por conhecer mais sobre o assunto. Para entender melhor como estas práticas educativas funcionavam, além do período do estágio, passei a frequentar durante alguns dias a escola Rural Pirunga em busca de saber mais.

Nos primeiros momentos na escola, foi extremamente perceptível a boa relação que os funcionários da escola possuíam uns com os outros, mas foi também notável que isso não se estendia a relação aluno-aluno, pois a todo momento estes estavam brigando e discutindo uns com os outros chegando até a se agredirem fisicamente, situação frequente e que fugia do controle das professoras, que interviam a todo momento, porém não conseguiam da conta de “separar” tantas brigas.

No período da pesquisa em campo foram realizadas também entrevistas com pais e responsáveis dos alunos. E o critério para escolha destes, foi o mesmo utilizado para a realização da entrevista com a docente, selecionei 11 pais dos 20 alunos que cursavam o 2º ano na escola Rural Pirunga para responderem perguntas sobre os

seguintes eixos temáticos: grau de escolaridade, ambiente de trabalho, opinião sobre a escola e nível de conhecimento das práticas desenvolvidas na instituição.

Durante realização das entrevistas em campo a relação conflituosa entre os alunos foi o ponto mais abordado por parte dos pais, no qual estes demonstravam uma grande insatisfação a respeito de tal relação. Como pode-se constatar na resposta à pergunta: Qual sua opinião sobre a escola?

TABELA 3- Opinião dos pais a respeito da escola

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Ela é boa, mas os meninos brigam muito.
Entrevistado 2	Acho boa.
Entrevistado 3	Tudo de bom, não me faz mal.
Entrevistado 4	Eu gosto da atenção dos professores
Entrevistado 5	Ensina, mas as crianças brigam muito.
Entrevistado 6	Acho boa, é animada converso com as outras mães.
Entrevistado 7	A organização não tem, os meninos brigam demais e não tem cuidados adequados. Os meninos só aprendem o que não presta, como brigar e bater uns nos outros.
Entrevistado 8	A escola é desorganizada. Os professores deveriam ter mais atenção. Digo ao meu filho se apanhar é pra bater também.
Entrevistado 9	Precisa de mais organização, tirar os matos e um local para as crianças brincarem, melhorar a estrutura. Sempre tem brigas.
Entrevistado 10	Não presta nada, só era boa com a outra diretora a gestão é ruim, essa mulher (diretora) não faz nada. Os meninos só vão para escola brigar e aprender o que não presta. Mando meu filho furar os colegas de lápis para se defender, porque o que não dá é chegar em casa apanhado.
Entrevistado 11	Não gosto, os professores não tomam conta dos meninos direito, sem organização. Há sempre brigas e já até mandei meu filho furar a cabeça do menino de pedra.

Fonte: Arquivo da autora, pesquisa de campo, 2016

Os seguintes relatos mostram a insatisfação dos pais a respeito da relação dos seus filhos com os colegas de escola, porém o mais inquietante na fala destes é o incentivo que dão aos filhos para revidarem a violência com mais violência. O que acaba agravando o problema de relacionamento entre os alunos.

A violência escolar reproduz a violência da sociedade, os alunos e suas famílias vivem sobre a violência constante, um exemplo é que a escola está inserida no seio latifundiário da monocultura da cana-de-açúcar, no qual, o processo de trabalho desenvolvido pelas famílias na região que se configura de forma violenta, através da exploração do trabalhador mediante o processo alienante e desgastante do trabalho na monocultura da cana-de-açúcar. Partindo disso, os alunos reproduzem na escola a violência sofrida pelas suas famílias diariamente no processo do trabalho.

Mediante os relatos, que deixaram claro, a insatisfação das famílias no convívio escolar das crianças. Resolvi questionar os pais sobre o motivo que os levou a matricularem seus filhos na instituição, e a resposta para pergunta foi unânime no qual, 100% dos pais responderam usando o seguinte argumento: “*matriculei meu filho(a) na escola por essa ser mais perto de casa*”. Fica então notório que, estes optaram pela escola por questão de proximidade, pois apesar do povoado contar com uma outra escola destinada ao ensino fundamental essa não fica tão próxima quanto a Rural Pirunga e seu acesso só é possível através de transporte escolar, porém, a prefeitura não disponibiliza ônibus para transporte dos alunos. A partir disso, nota-se que o principal motivo dos alunos estudarem na escola é a proximidade e não as práticas educativas desenvolvidas na instituição.

3.2.1 O que se ensina na Escola Rural Pirunga

Na realização da entrevista os pais e/ou responsáveis foram solicitados a responder a seguinte pergunta: Você sabe o que seu filho faz na escola? E diante ao questionamento deram as seguintes resposta.

TABELA 4- Você sabe o que seu filho faz na escola?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Sim, os deveres.
Entrevistado 2	Sim, a rotina escolar. (Dever)

Entrevistado 3	Não, acho que dever.
Entrevistado 4	Acho que responde as atividades e brinca.
Entrevistado 5	Não sei.
Entrevistado 6	Não sei.
Entrevistado 7	Sim, bater e apanhar ao invés de estudar.
Entrevistado 8	Não sei, apanhar e levar chute.
Entrevistado 9	Acho que fazer dever.
Entrevistado 10	Não.
Entrevistado 11	Não, acho que cantar e pintar.

Fonte: Arquivo da autora, pesquisa de campo, 2016

Ao analisar a tabela com as respostas dada pelas famílias dos alunos da Escola Rural Pirunga, nota-se que dos 11 entrevistados, 6 afirmaram não conhecer o que seus filhos fazem na escola, 2 destes responderam que achavam que as crianças respondiam atividades e apenas 3 disseram que sabiam o que os filhos faziam na escola, entretanto, ao justificarem as respostas ficam restritas a realização de atividades escolares.

Percebe-se então que, as famílias destes alunos continuam vendo a escola como algo distante da sua realidade, que tem como única função ensinar a seus filhos ler, escrever e contar, para que possam sair do campo e ter um futuro diferente do que tiveram. Atchoerna e Gasperini (2004) colocam que um dos problemas das escolas do campo são alguns pais, uma vez que estes veem na educação uma forma do filho não trabalhar na propriedade e uma forma do filho sair da terra, pois a escola traz a cidade como uma proposta melhor de vida, e coloca o campo como algo retrogrado, culturalmente atrasado.

Na observação em campo, foi perceptível que, o fato de não saberem o que seus filhos fazem na escola é gerado pela falta de entrosamento entre a escola e a comunidade acarretando no desconhecimento por parte dos pais sobre as práticas educativas e como estas são desenvolvidas no âmbito escolar, já não há uma comunicação eficaz entre estes. Sendo assim, concluiu-se que os sujeitos da escola Rural Pirunga não estão preocupados com um currículo voltado para as especificidades

do povo do campo, estes atentam-se apenas para o fato de seus filhos aprenderem a ler, escrever e contar. Passando, a contentasse apenas com o fato de seus filhos frequentarem uma escola, não se preocupando como e o que estes irão aprender na escola. Além disso, a escola também não busca criar um vínculo com a comunidade para melhor desenvolvimento de suas atividades educativas.

Segundo Arroyo *et al.* (2009), a construção de uma proposta pedagógica, que considere as especificidades do campo, compreende a relação campo-urbano, à luz das ciências sociais, dos modelos de desenvolvimento e também do pensamento educacional, que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social de seus atores como sujeitos de história e de direitos. Acrescentam, ainda, que tal projeto deve ter como protagonistas os sujeitos e os seus processos de produção da vida. Esse ideal tem fomentado, no âmbito dos movimentos sociais, a luta pela garantia do direito à escola, ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente produzidos.

Diante do desconhecimento dos pais em relação as práticas desenvolvidas na presente escola, surge o seguinte questionamento: será que as práticas desenvolvidas na escola Rural Pirunga estão valorizando as especificidades do povo do campo?

Segundo Caldart (apud MOLINA e JESUS, 2004)

A escola precisa trabalhar com a memória do grupo e com suas raízes culturais; isto quer dizer também que se deve ter uma intencionalidade específica na resistência à imposição de padrões culturais alienígenas, no combate à dominação cultural e na reconstrução crítica de suas tradições culturais.

Com base nas observações em campo foi perceptível que os conteúdos trabalhados em sala de aula não são conteúdos voltados para a realidade do campo. Na disciplina de português por exemplo as professoras trabalhavam o processo de aquisição de leitura através da leitura e interpretação de textos, porém, utilizavam textos sem sentido nenhuma para as crianças daquele local e acabavam por não conseguir despertar neles o prazer pelo aprendizado da leitura, já que os textos não tinham nada a ver com suas vivências. Ao utilizar leituras descontextualizadas da realidade dos alunos, a escola acabava por reproduzir por meio dos textos uma ideologia distante e contrária da realidade das crianças que não iram se interessar por aprender algo que não conhecem.

As professoras da escola trabalhavam também com atividades no quadro de giz, já que a escola não dispunha de copiadora para xerocar as atividades. As atividades

eram passadas no quadro e os alunos transcreviam para o caderno. Entretanto, estas também estavam fora do contexto de uma educação que deveria ter o povo do campo como protagonista do processo educativo, já que traziam conceitos de uma educação muitas vezes sem sentido para os filhos dos trabalhadores. Uma outra disciplina que podemos observar essa contradição com o sentido de uma educação do campo é a de História, quando foi trabalho o tema festejos juninos. Pois, apesar da região ser uma das mais famosas por manter a tradição dos festejos do mês de junho, no qual, a comunidade também segue à risca a tradição, o fato foi totalmente desconsiderado pelos professores resumindo as práticas educativas sobre o tema a uma simples leitura de um texto retirado da internet e o ensaio de quadrilha. Nesse momento fica evidente o distanciamento e o desrespeito das tradições e da cultura local, na qual a escola transmite aos alunos saberes culturais totalmente alienantes.

Cabe salientar que as professoras que lecionam na escola Rural Pirunga não são moradoras da comunidade, mediante isso, surge a necessidade de se considerar o que orientam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, conforme a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, ao contemplar a diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Principalmente no seu artigo 13 que visa a necessidade de formação para professores que iram trabalhar na educação do campo.

Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes: I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo; II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (BRASIL, 2002, p. 41).

Nota-se, que há uma preocupação que o professor tenha uma formação para atuar no campo. Além disso, torna-se necessário que conheça a realidade do homem do campo, para que possa trabalhar suas habilidades, valorizando sua cultura e

conhecimentos prévios dos alunos. Incentivando estes na luta por transformações sociais para melhor qualidade de vida no campo.

Os alunos da Escola Rural Pirunga são em sua maioria filhos de trabalhadores rurais que lidam ou já lidaram com a cana-de-açúcar e que por motivos não relatados, não conseguiram concluir o ensino fundamental ou nem chegaram a frequentar uma escola. E em conversa sobre o grau de escolaridade os pais destes alunos afirmam que querem um destino diferente para seus filhos. Como relatado pelo pai de um dos alunos que cursa o segundo ano na instituição em entrevista.

Minha escola sempre foi o cabo da enxada a vida toda. Quero que meu filho estude para não passar por isso (Pai de aluno do 2º ano)

A fala desse pai deixa claro o interesse para que seu filho estude e não passe pelo que ele precisou passar para sobreviver, essa preocupação também foi exposta na fala de uma das mães entrevistadas.

Eu fico doente quando ela me pergunta algo que não sei responder. Acho interessante ela estudar para aprender o que não aprendi. (Mãe de aluna do 2º ano)

Sendo assim, a escola passa a ser vista por esses pais como um local de ascensão social e não como um espaço para desenvolvimento de uma educação libertadora, de construção de sujeitos críticos, que lutam para alcançar seus objetivos em busca de direitos.

Para superar essa representação é preciso que a escola trabalhe nos princípios de inclusão e valorização do espaço rural, para que os sujeitos do campo possam ter a visão de campo não como um local inferiorizado e atrasado, mas como um local de vida e trabalho diferente da cidade. Só dessa forma a escola passará a ter sentido para as crianças, já que estará vinculada ao mundo do trabalho, da cultura e da produção de lutas por melhores condições, porém para que as práticas educativas não priorizem apenas os conteúdos curriculares previamente sistematizados a escola deve estar vinculada aos movimentos da realidade e de luta da comunidade onde está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa, verificamos que a educação para o povo do campo sempre foi relegada a planos inferiores, a escola rural nunca foi prioridade para as políticas públicas, o povo do campo sempre esteve à mercê de práticas educativas muitas vezes sem sentido para os filhos dos trabalhadores.

Diante disso, sugue a necessidade de uma Educação do Campo, que se opõe a tudo que era defendido na concepção de educação rural, tendo como princípio uma educação pautada nos interesses e especificidades do povo que vive no campo, uma educação que liberte o homem do trabalho alienante e que não vise apenas o fortalecimento do sistema capitalista.

A concepção de campo, tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar dos povos que o tem como lugar de vida, de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Sendo assim, esta compreensão de campo vai além de uma definição jurídica, configurando-se como um conceito político, ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva da educação do campo articula-se a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, desde a perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem. (SOUZA; REIS, 2009, P.20)

Essa educação defende que as práticas educativas devem valorizar a cultura e a história da luta camponesa que segundo Caldart (2004) uma educação que seja no e do campo; no: O povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do: O povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Porém, este trabalho mostra que a preocupação por uma educação pautada nos interesses dos sujeitos do campo está longe de ser prioridade na escola objeto desta pesquisa. De acordo com os resultados da pesquisa na Escola Municipal Rural Pirunga, os pais não têm o conhecimento e não há uma preocupação com o aprendizado dos estudantes.

De acordo com Arroyo (2004) “a escola e os saberes são direitos do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os valores, a cultura e a formação que acontecem fora da escola”.

A constituição histórica das práticas educativas emerge das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. A perpetuação de traços coloniais na estrutura social brasileira, na composição dos governos e na administração do público tem fortes raízes rurais e patriarcais. A sobrevivência de traços coloniais na interpretação da realidade perpassa as relações históricas que conformam a estrutura fundiária brasileira. Atrelada a esta estrutura, a educação rural não é exceção nas determinações que, antes de representarem um instrumento de ruptura com a ordem estabelecida, sofrem processos de conformação em relação à estrutura social, cultural e econômica gestada no e para o país. (ANTONIO; LUCINI, 2007, P.178)

Mas se há prática do trabalho e de exploração e não há nenhum sinal de transformação dessa realidade, como os trabalhadores e crianças podem reivindicar uma escola diferente. Mediante isso, é preocupante a situação dos que vivem no meio rural e ainda tem a visão de campo como uma local retrogrado e contentam-se apenas com uma educação que engloba somente o processo de ensinar a ler, escrever e contar. Acabando por deixar de lado o direito por uma educação emancipadora e formadora de sujeitos capazes de opinar e lutar por melhores condições de vida.

Nesse sentido, para que a visão inferiorizada do campo seja superada é preciso que o campo seja considerado um território de produção de identidades e relações sociais, no qual os sujeitos devem ver a escola do campo como um local de debates, formulação de ideias e resolução de problemas, visando a disseminação de uma melhor qualidade de vida para o homem do campo. Na qual, as práticas educativas desenvolvidas devem também ter por objetivo fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, utilizando essa relação como ferramenta para conhecer a realidade, as necessidades e a cultura do local como forma de aprofundar e adequar o ensino nas escolas.

O desafio está posto não só a escola. Este estudo mostra que é necessário o avanço na luta pela terra, na luta pelo trabalho digno não explorado e por uma educação que ensine as crianças a lutarem pelo trabalho não explorado, a lutar por uma vida digna, a lutar pela terra. Tendo como prioridade a necessidade de transformação do processo alienante do trabalho, para que se possa criar uma identidade cultural na comunidade em que a escola está inserida.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007.** Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

ARAUJO, Hélio Mário de. Da agricultura de subsistência: trabalho familiar de pequenos produtores rurais na zona canavieira Sergipana. **Geonordeste**, São Cristovão. Ano IX, n.01, p.71-102, 1999.

ARROYO, M. G. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, M. C. JESUS, S. M. A. de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: INEP, 2007.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>

BOIAGO, Daiane Letícia; OIVEIRA, Caroline Mari de. Bases legais para uma educação do e no campo e as experiências educativas de uma escola de agroecologia na região norte do Paraná. UEM, 2009

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: educação do campo**. Curitiba: SEED/PR, 2005.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo**: Traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. P. 147-158.

CASSINI, Marcos; BOTIGLIER, Monica Fernanda. A relação trabalho e educação na reprodução das condições de produção e das relações de produção. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. Especial, p.112-120, mai.2009 - ISSN: 1676-2584

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Por uma Política de Educação do Campo Luziânia, GO, 1998.

CUNHA, Mariangela; MACHADO, Carmem. **Prática pedagógica nas escolas localizadas no campo:** desafios na construção do paradigma da educação do campo. UTP 2009

ENGUITA, Mariano F. **A Face Oculta da Escola:** educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ETGES, Norberto J. Conceito do trabalho, construção do conceito e trabalho do conceito **UFS Perspectiva**17, 1992, pp. 79-96

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta **Revista Eletrônica de Educação. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011.**

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. **A luta pela terra em Capela-se:** um estudo das territorialidades em confronto. 2009

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, M^a Tereza Sousa (org.). **Atlas escolar Sergipe:** espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JÚNIOR, Antonio Eduardo Padro Ribeiro. **Assentados e não assentados no povoado Boa Vista, Capela-SE:** sustentabilidade e pequena propriedade. São Cristovão, 2010

LEITE, Sérgio Celani. **Educação Rural: Urbanização e políticas educacionais.** ed. 2. São Paulo, Cortez, 2002.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital. Volume 1. 10^a Edição. DIFEL Difusão Editorial S.A., 1982.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

REBOUÇAS, Aiene Fernandes. A escola do campo e as práticas pedagógicas partilhando saberes e experiências na realidade de Bananeiras/PB. UFPB, 2012

SANTOS, Gedeson dos. Os Estudantes do Colégio Estadual Prof. Justiniano de Melo e Silva do Município de Poço Redondo-SE e as Dificuldades na Continuidade dos Estudos./ Gedeson dos Santos. –São Cristovão, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007**

SILVA, Elaine Cristina da. **Transformações da essência do trabalho na era do capital:** algumas considerações acerca do trabalho no modo de produção capitalista. 2013

SILVA, Maria Isabel da. A Centralidade da Categoria Trabalho e o Trabalho Docente Voluntário na UFSC. Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. p: 76-118.

SOUZA, Neli Pereira; REIS, Rosini Mendes. **Educação do Campo** Prática Pedagógica. Faculdades Integradas do Vale do Ivaí – Univale / Instituto de Estudos Avançadas e Pós-Graduação – Esap. Monografia de curso de pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Geografia e História. Umuarama - PR. 2009.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007** Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>>

Sites utilizados

<http://mds.gov.br/>

<http://www.mec.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://www.todospelaeducacao.org.br/>

APÊNDICES

ENTREVISTA DESTINADA A DOCENTE

Nome: _____

Idade: _____

Qual a sua formação?

Onde se formou?

Há quanto tempo é formada?

Desde quando atua na Escola Rural Pirunga?

Como chegou a escola?

Gosta de trabalhar na instituição de ensino?

Quais os principais problemas enfrentados no cotidiano da profissão na presente escola?

Quais as principais facilidades para o exercício da profissão na escola?

Na sua opinião ...

O que é bom na escola?

O que é ruim?

O que poderia ser mudado?

O que continuaria da mesma forma?

Quais suas expectativas de melhoria da escola?

Como é realizado o processo avaliativo dos alunos?

Você participa da construção do “Projeto Político Pedagógico (PPP)?

ENTREVISTA DESTINADA A DOCENTE

Nome: Edilene Santos Lima

Idade: 47 anos

Qual a sua formação?

R: Pedagogia

Onde se formou?

R: Universidade Tiradentes (Unit)

Há quanto tempo é formada?

R: Há 3 anos

Desde quando atua na Escola Rural Pirunga?

R: Desde 2011

Como chegou a escola?

R: Por meio de portaria, por ser funcionária da prefeitura.

Gosta de trabalhar na instituição de ensino?

R: Sim

Quais os principais problemas enfrentados no cotidiano da profissão na presente escola?

R: A maior dificuldade encontrada é o trajeto das crianças para escola, por ficar próxima a BR 101.

Quais as principais facilidades para o exercício da profissão na escola?

R: É o bom relacionamento com as colegas de trabalho pais e alunos

Na sua opinião ...

O que é bom na escola?

R: A estrutura e o bom relacionamento entre professores e alunos.

O que é ruim?

R: A localidade da escola, por ficar à beira da BR 101, que dificulta o acesso as criança, onde nós professores precisamos de toda atenção, tanto na chegada como na saída dos alunos.

O que poderia ser mudado?

R: Criação de um refeitório e a estrutura precisando de apenas alguns reparos para que a escola seja mais aconchegante para nossas crianças.

O que continuaria da mesma forma?

R:O bom relacionamento.

Quais suas expectativas de melhoria da escola?

R: A construção de uma nova escola em outro lugar ou a construção de uma passarela na BR 101, que irá facilitar o trajeto dos alunos para a escola do povoado.

Como é realizado o processo avaliativo dos alunos?

R: Eles são avaliados através de atividades aplicadas no dia a dia e nas atividades avaliativas a cada final da unidade.

Você participa da construção do “Projeto Político Pedagógico (PPP)?

R: Participo, de quatro em quatro anos.

ENTREVISTA DESTINADA AOS PAIS

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Estado civil: () casado(a) () solteiro(a) () divorciado(a) () viúvo(a)

Grau de escolaridade

() Nunca frequentou a escola

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Nível superior

Quantas pessoa na sua casa trabalham?

Onde trabalham?

Quantos filhos possui?

Quantos estão na idade escolar?

Quantos estudam na escola Rural Pirunga?

A respeito da escola...

Qual o motivo de seu filho estudar nessa escola?

Você gosta da escola?

Seu filho (a) gosta da escola?

Qual sua opinião sobre a escola?

Na sua opinião a escola ensina o que seu filho (a) que aprender? Por quê?

Participa de algo na escola como: reuniões, projetos entre outros?

Você sabe como é a sala que seu filho estuda?

Sabe o que ele faz na escola?

ENTREVISTA DESTINADA AOS PAIS

Grau de escolaridade

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Ensino fundamental incompleto (6° série).
Entrevistado 2	Ensino fundamental incompleto (3° série).
Entrevistado 3	Nunca frequentei a escola.
Entrevistado 4	Ensino médio incompleto (1° ano).
Entrevistado 5	Ensino fundamental incompleto (8° série).
Entrevistado 6	Ensino fundamental incompleto. Não sei até que série estudei, só ia lanchar.
Entrevistado 7	Nunca frequentei a escola.
Entrevistado 8	Nunca frequentei a escola.
Entrevistado 9	Ensino fundamental incompleto (4° série).
Entrevistado 10	Ensino fundamental incompleto (4° série).
Entrevistado 11	Ensino fundamental incompleto (3° série).

Quantas pessoa moram na sua casa? Quantas trabalham?

Entrevistado 1	4 pessoas; 1 trabalha.
Entrevistado 2	4 pessoas; 1 trabalha.
Entrevistado 3	3 pessoas; ninguém trabalha
Entrevistado 4	4 pessoas; 1 trabalha.
Entrevistado 5	6 pessoas; 1 trabalha
Entrevistado 6	6 pessoas; 1 trabalha
Entrevistado 7	7 pessoas; 1 trabalha.

Entrevistado 8	3 pessoas; 1 trabalha.
Entrevistado 9	3 pessoas; 1 trabalha.
Entrevistado 10	7 pessoas; 1 trabalha.
Entrevistado 11	3 pessoas; 1 trabalha.

Onde trabalham?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Cerâmica de blocos de construção
Entrevistado 2	Cerâmica de blocos de construção
Entrevistado 3	Desempregado no momento.
Entrevistado 4	Entregador de correspondências.
Entrevistado 5	Cerâmica de blocos de construção
Entrevistado 6	Usina de cana de açúcar.
Entrevistado 7	Moto taxi.
Entrevistado 8	Usina de cana de açúcar.
Entrevistado 9	Usina de cana de açúcar.
Entrevistado 10	Usina de cana de açúcar.
Entrevistado 11	Usina de cana de açúcar.

Quantos filhos possui? Quantos estão na idade escolar?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	2 filhos, apenas 1 está na idade escolar
Entrevistado 2	5 filhos, todos estão na idade escolar, porém, só 2 estudam.
Entrevistado 3	2 filhos, todos estão na escola.

Entrevistado 4	2 filhos, todos estão na escola.
Entrevistado 5	2 filhos, todos estão na escola.
Entrevistado 6	7 filhos, 3 estão na escola e os 4 não concluíram.
Entrevistado 7	5 filhos, 4 estão na idade escolar e frequentam a escola
Entrevistado 8	8 filhos, só 3 estão na idade escolar.
Entrevistado 9	7 filhos, todos na idade escolar, mas, só 5 estão na escola.
Entrevistado 10	5 filhos, 4 estão na idade escolar.
Entrevistado 11	2 filhos, apenas um está na idade escolar.

Quantos estudam na escola Rural Pirunga?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	1 filha.
Entrevistado 2	1 filha.
Entrevistado 3	2 filhos.
Entrevistado 4	1 filho.
Entrevistado 5	2 filhos.
Entrevistado 6	3 filhos.
Entrevistado 7	4 filhos.
Entrevistado 8	1 filho.
Entrevistado 9	3 filhos.
Entrevistado 10	4 filhos.
Entrevistado 11	1 filha.

A respeito da escola...

Qual o motivo de seu filho estudar nessa escola?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Por proximidade.
Entrevistado 2	Por proximidade.
Entrevistado 3	Por proximidade.
Entrevistado 4	Por proximidade.
Entrevistado 5	Por ser mais perto
Entrevistado 6	Porque é mais perto.
Entrevistado 7	Porque é mais perto.
Entrevistado 8	Por proximidade.
Entrevistado 9	Por causa da idade e por ser mais perto.
Entrevistado 10	Por proximidade se não fosse tão longe transferia para outra escola.
Entrevistado 11	Porque é mais perto.

Você gosta da escola?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Sim.
Entrevistado 2	Sim, por que é perto.
Entrevistado 3	Sim.
Entrevistado 4	Sim.
Entrevistado 5	Sim, não faz mal nenhum.
Entrevistado 6	Sim, porque tenho um bom relacionamento com as professoras.
Entrevistado 7	Sim.
Entrevistado 8	Não, porque não tem professor e diretor de responsabilidade. Há muitas brigas.

Entrevistado 9	Sim. É menos lotada que as outras.
Entrevistado 10	Não, porque lá não presta nada, nem diretora, nem professora, nada. Não ensina nada!
Entrevistado 11	Não, os professores não tomam conta dos meninos direto, sem organização.

Seu filho (a) gosta da escola?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Não, porque a professora é enjoada.
Entrevistado 2	Sim, porque é um lugar de aprender.
Entrevistado 3	Sim.
Entrevistado 4	Sim.
Entrevistado 5	Sim, nunca reclamaram.
Entrevistado 6	Sim.
Entrevistado 7	Sim.
Entrevistado 8	Sim, ele chora quando não vai.
Entrevistado 9	Sim.
Entrevistado 10	Tem horas que ele gosta, tem horas que não.
Entrevistado 11	Sim.

Qual sua opinião sobre a escola?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Ela é boa, mas os meninos brigam muito.
Entrevistado 2	Acho boa.
Entrevistado 3	Tudo de bom, não me faz mal.
Entrevistado 4	Eu gosto da atenção dos professores

Entrevistado 5	Ensina, mas as crianças brigam muito.
Entrevistado 6	Acho boa, é aninada converso com as outras mães.
Entrevistado 7	A organização não tem, os meninos brigam demais e não tem cuidados adequados. Os meninos só aprendem o que não presta, como brigar e bater uns nos outros.
Entrevistado 8	A escola é desorganizada. Os professores deveriam ter mais atenção. Digo ao meu filho se apanhar é pra bater também.
Entrevistado 9	Precisa de mais organização, tirar os matos e um local para as crianças brincarem, melhorar a estrutura. Sempre tem brigas.
Entrevistado 10	Não presta nada, só era boa com a outra diretora a gestão é ruim, essa mulher (diretora) não faz nada. Os meninos só vão para escola brigar e aprender o que não presta. Mando meu filho furar os colegas de lápis para se defender, porque o que não dá é chegar em casa apanhado.
Entrevistado 11	Não gosto, os professores não tomam conta dos meninos direito, sem organização. Há sempre brigas e já até mandei meu filho furar a cabeça do menino de pedra.

Na sua opinião a escola ensina o que seu filho (a) que aprender? Por quê?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Sim, basta presta atenção.
Entrevistado 2	Acho, ela é bastante inteligente e tem várias curiosidades que não sei responder e ela consegue aprender na escola.
Entrevistado 3	Acho, ai vai da paixão. Eles decidem se querem aprender
Entrevistado 4	Sim, porque ele já sabe fazer o nome e tudo.
Entrevistado 5	Sim, ele já sabe fazer o nome.
Entrevistado 6	Sim, eles precisam querer aprender.
Entrevistado 7	Não os meninos só aprendem o que não presta.
Entrevistado 8	Não sei, não sei o que ensina.

Entrevistado 9	Acho que vai do aluno querer aprender.
Entrevistado 10	Por um lado sim por outro não. A escola é desorganizada, ele não quer fazer o dever.
Entrevistado 11	Antes não, mas agora acho que ensina sim.

Participa de algo na escola como: reuniões, projetos entre outros?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Às vezes de reuniões.
Entrevistado 2	Sim, das festinhas.
Entrevistado 3	Quase nunca.
Entrevistado 4	Sim.
Entrevistado 5	Sim.
Entrevistado 6	Sim, reuniões de festas.
Entrevistado 7	Às vezes.
Entrevistado 8	Nunca mais teve, queria que tive pra eu ir lá reclamar. Festinhas quando tem eu vou.
Entrevistado 9	Quando tem reunião eu apareço.
Entrevistado 10	Não, eu não gosto. Só fui no dia das mães, até hoje só fui uma vez.
Entrevistado 11	Reunião nunca teve, mas festa eu vou quando tem.

Você sabe como é a sala que seu filho estuda?

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Não.
Entrevistado 2	Não, porque que vai levar ela é meus filhos mais velhos.
Entrevistado 3	Sim, vou lá.
Entrevistado 4	Sim, a turminha de 4 anos.
Entrevistado 5	Sim.

Entrevistado 6	Sei.
Entrevistado 7	Não, nunca mais tive lá.
Entrevistado 8	Sei, estuda um tal projeto.
Entrevistado 9	Sei a estrutura.
Entrevistado 10	Sei, é organizada, mas não sei os detalhes.
Entrevistado 11	Não sei.

Sabe o que ele faz na escola?

Entrevistado 1	Sim, os deveres.
Entrevistado 2	Sim, a rotina escolar. (Dever)
Entrevistado 3	Não, acho que dever.
Entrevistado 4	Acho que responde as atividades e brinca.
Entrevistado 5	Não sei.
Entrevistado 6	Não sei.
Entrevistado 7	Sim, bater e apanhar ao invés de estudar.
Entrevistado 8	Não sei, apanhar e levar chute.
Entrevistado 9	Acho que fazer dever.
Entrevistado 10	Não.
Entrevistado 11	Não, acho que cantar e pintar.